



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 41ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização da III Conferência Estadual de Cultura
- 1.3 - 42ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização da III Conferência Estadual de Cultura
- 1.4 - 43ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização da III Conferência Estadual de Cultura
- 1.5 - 44ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização da plenária final da III Conferência Estadual de Cultura
- 1.6 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissão

### 3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### 4 - MANIFESTAÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 17/10/2013

#### Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Palavras do Presidente.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Braulio Braz - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz.

#### Palavras do Presidente

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h5min, a presidência, em sinal de luto pelo falecimento do ex-deputado Miguel Martini, deixa de abrir a reunião e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 41ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

#### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Elismar Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - 1º Pannel: Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Jota D'ângelo - Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado - Palavras da Sra. Eliane Parreiras - Palavras do Presidente - 2º Pannel: Composição da Mesa - Palavras do Presidente - Leitura, Votação e Aprovação do Regulamento da III Conferência Estadual de Cultura - Encerramento.



## Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:  
Dinis Pinheiro - Antônio Carlos Arantes - Elismar Prado - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Romel Anízio - Sebastião Costa.

## Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da III Conferência Estadual de Cultura, com o tema “Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, que é uma realização do governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, e se constitui em etapa para a III Conferência Nacional, a ser realizada pelo Ministério da Cultura, em Brasília, no mês de novembro.

## 1º Painel: Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Eliane Parreiras, secretária de Estado de Cultura, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; o Exmo. Sr. Bernardo da Mata Machado, secretário substituto de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, representando o Ministério; a Exma. Sra. Maria Olívia de Castro e Oliveira, secretária adjunta de Cultura de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. deputado Elismar Prado, presidente da Comissão de Cultura desta Casa; e Jota D'ângelo, representando o Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais.

## Registro de Presença

O locutor - Neste ato, registramos a presença do Exmo. Sr. Júlio Miranda, presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa; da Exma. Sra. Fernanda Machado, presidente da Fundação Clóvis Salgado; dos Exmos. Srs. Carlos Frederico Vaz de Carvalho, secretário de Cultura da Prefeitura de Sabará; vereador Arnaldo Godoy, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Mateus Braga Alves Clemente, procurador do Estado; e Jeferson Rios, presidente do Instituto Cultural de Carros e Objetos de Época; da Exma. Sra. Cesária Macedo, chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura; e do Exmo. Sr. ex-deputado e ex-secretário Amilcar Martins Filho, diretor do Instituto Cultural Amilcar Martins - Icam.

Registramos o agradecimento da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais ao Serviço Social da Indústria - Sesi -, pela importante parceria na montagem dos *kits* dos participantes.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Sr. Jota D'ângelo

Meus companheiros de Mesa, conferencistas, autoridades presentes. Cabe-me, em primeiro lugar, agradecer aos conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec -, minha indicação para representá-los nesta sessão de abertura da III Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais.

O Consec tem apenas um ano de existência, tomamos posse em 5 de setembro de 2012. Ainda estamos nas preliminares, atentos aos indispensáveis trâmites burocráticos, alguns até não tão indispensáveis, que precedem a consolidação de organismos institucionais. Entretanto, o mais importante é recordar que o Consec representa uma reivindicação de 30 anos das classes culturais de Minas Gerais.

O primeiro Conselho Estadual de Cultura, do qual fiz parte, foi criado em 1975, no governo de Aureliano Chaves, que também criou o embrião da futura Secretaria de Estado de Cultura, a Coordenadoria de Cultura. O conselho teve duração efêmera, encerrando suas atividades em 1982. Durante 30 anos, os militantes da área artística e cultural clamaram pela reativação de um conselho estadual de cultura e foram finalmente atendidos no governo Anastasia, com a criação do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec.

Um dos grandes problemas da área cultural sempre foi a superação das dificuldades que envolvem o diálogo entre os agentes culturais e os gestores institucionais de cultura. Se esse diálogo é difícil na capital de um estado como Minas, é ainda mais complexo quando precisa ocorrer entre agentes culturais do interior e os organismos governamentais sediados em Belo Horizonte. Essa foi a razão primordial pela qual o Consec, desde a sua instalação, criou suas reuniões itinerantes, realizadas em cidades do interior, na tentativa de uma aproximação no mínimo regional com aqueles que se dedicam, com todos os sacrifícios, a manter viva a chama da arte e da cultura em municípios cujas prefeituras, com raríssimas exceções, se omitem em dar àqueles abnegados o apoio que merecem. E isso ocorre mesmo nos municípios que são contemplados com o ICMS Cultural.

Aos poucos e muito lentamente, para dizer a verdade, caminhamos para uma gestão cultural baseada no esforço permanente de dialogar com os verdadeiros protagonistas do ato criador, já que não cabe ao Estado produzir a arte e a cultura, mas prover os meios para que ela seja produzida na sua diversidade e com completa liberdade de escolha. Assim como, no âmbito federal, a criação dos Pontos de Cultura caminhou justamente nessa direção, algumas iniciativas da Secretaria de Estado de Cultura, como a implantação do Fundo Estadual de Cultura, as conferências municipais de cultura e, agora, as reuniões itinerantes do Consec mostram, de maneira inequívoca, que estamos avançando na trilha de uma abrangência maior das políticas culturais num Estado de dimensões alargadas e alta densidade populacional. Esta III Conferência Estadual de Cultura faz parte desse processo de inclusão interiorana, de emparelhamento dos criadores com os gestores públicos de cultura, de pródigo intercâmbio de ideias, sugestões, divergências e convergências. Arte e cultura guardam complexidades, individualidades, concepções e conceitos que tornam o diálogo muitas vezes árido e tortuoso. Mas a conferência existe exatamente por causa disso, e é preciso enfrentar os desafios que a realidade nos apresenta.

Cabe aqui uma manifestação de reconhecimento àqueles que se empenharam, com dedicação exemplar, para a concretização desta conferência, sejam eles da Secretaria de Cultura, da Assembleia Legislativa ou do Consec. A arte e a cultura agradecem. Muito obrigado.

### **Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado**

Boa noite a todos e a todas e aos meus colegas da Mesa. Gostaria de saudar a Mesa citando única e exclusivamente, para responder ao pedido do cerimonial de não nos estendermos nas saudações, o meu amigo, colega e mestre de teatro Jota D'ângelo, em nome do qual cumprimento a secretária, os deputados e a deputada.

Gostaria de transmitir a todos a saudação da Ministra da Cultura Marta Suplicy, que me encarregou de representar o Ministério da Cultura. Quero transmitir não apenas as saudações, mas parabenizar todos vocês e o Estado de Minas Gerais pela realização desta conferência estadual e das conferências municipais e intermunicipais, que envolveram só neste Estado 328 municípios.

Como sabem, esta conferência estadual e as conferências municipais são etapas da III Conferência Nacional de Cultura, que se realizará em Brasília, no final de novembro. No Brasil foram envolvidos 2.913 municípios. Ou seja, chegamos a 52% dos municípios brasileiros. Todos os estados e o Distrito Federal estão realizando conferências estaduais neste mês. Então, com certeza, em uma avaliação preliminar, podemos dizer que a conferência tem tido um caminho bem-sucedido.

É importante dizer que a III Conferência Nacional de Cultura está ocorrendo em um momento muito especial na história do Brasil, em um ano em que tivemos importantes manifestações de rua. Aproveito para cumprimentar o vereador Arnaldo Godoy e o ex-vereador e ex-deputado estadual Amílcar Martins, que são historiadores também. Os historiadores denominaram as manifestações que ocorreram no Brasil de Jornadas de Junho. Nós, historiadores, temos essa mania de dar nomes pomposos aos fatos históricos. Mas Jornadas de Junho me parece um nome adequado. Por que estou relacionando esses movimentos de rua a esta conferência? Porque, no meu entender, a principal mensagem que veio das ruas é a necessidade de nos aprofundarmos na democracia brasileira, não só na democracia representativa, mas também na democracia participativa.

As análises que têm sido feitas - e vamos precisar de muitas análises para entender o que aconteceu no País - já apontaram uma questão muito importante. Hoje o País tem condições de conviver com essas manifestações, porque temos instituições fortes gestadas em decorrência da Constituição de 1988. E o parágrafo único do art. 1º da Constituição de 1988 diz: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Ou seja, desde o seu primeiro artigo, a Constituição Brasileira reúne democracia representativa e democracia participativa. E a conferência de cultura não é nada mais do que um instrumento, um mecanismo de democracia participativa.

É verdade que a Constituição Brasileira cita explicitamente três mecanismos de democracia participativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei. De 1988 até agora, experimentamos algumas vezes - mas acredito ainda serem poucas vezes - esses três instrumentos. Tivemos uma vitória importante com a Lei da Ficha Limpa, que se originou de uma iniciativa popular. Hoje o Congresso Nacional está na expectativa de receber projetos de iniciativa popular de reforma política que pretendem dar resposta a essa necessidade de aprofundamento da democracia representativa.

Também há vários artigos na Constituição que falam em gestão democrática das políticas públicas. Isso está nos capítulos: Da Educação, Da Saúde, Da Assistência Social e em outros. Essa gestão democrática vem sendo experimentada por meio da criação de conselhos, como o Conselho de Política Cultural, aqui representado pelo Jota D'ângelo, com a realização de audiências públicas, de consultas públicas sobre projetos de lei, conferências de cultura e conferências em geral.

A partir de dezembro de 2012, a palavra "conferência" entrou na Constituição brasileira, e entrou justamente por intermédio de uma emenda constitucional que gerou o atual art. 216-A, que criou o Sistema Nacional de Cultura, com seus princípios e sua estrutura. No art. 216-A, estão os conselhos de cultura, os planos de cultura, as conferências de cultura, entre outros elementos que, com certeza, vocês que são delegados eleitos conhecem. Eles já estão em processo de construção em seus municípios.

É com muita satisfação que nós, do Ministério da Cultura, estamos realizando neste momento a Conferência Nacional de Cultura, justamente porque foi a cultura que conseguiu introduzir na Constituição Brasileira esse mecanismo de participação política e social que é a conferência. Isso, de fato, orgulha-nos muito. E é por isso também que nós, do Ministério da Cultura, escolhemos este tema fundamental para ser o tema central desta conferência: "Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura".

Espero que nestes três dias vocês, delegadas e delegados do Estado, dediquem-se a discutir e a aprofundar esses desafios da implantação do Sistema Nacional de Cultura e que, ao final, elejam uma bancada aguerrida para representar o Estado em novembro. Muito obrigado.

### **Palavras da Sra. Eliane Parreiras**

Boa noite a todos. Pedirei licença, presidente, porque não posso deixar de fazer algumas saudações, e muitas delas implicam até agradecimentos. Primeiramente, agradeço ao deputado Dinis Pinheiro, presidente, a parceria e o apoio da Assembleia Legislativa para realização da III Conferência Estadual de Cultura. Sou testemunha de que na II Conferência também tivemos essa mesma participação. Queria dar esse testemunho público. Eu falava com você que a equipe da Assembleia, todos os servidores realmente foram fundamentais para termos essa conferência. Então, recebam o meu muito-obrigado.

Quero cumprimentar o Bernardo da Mata Machado, secretário substituto de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, e agradecer a parceria e a possibilidade sempre presente de interlocução e de diálogo com esse ministério. O Bernardo esteve desde o marco zero da criação do Sistema Estadual de Cultura, desde o começo - vou voltar a falar sobre isso. Meus parabéns e meu muito-obrigado pela parceria com o governo de Minas.

Queria cumprimentar também a minha companheira diária, a secretária adjunta de cultura de Minas Gerais, a ex-deputada Maria Olívia de Castro e Oliveira, que, depois de 16 anos de mandato como deputada, veio agregar à Secretaria de Cultura toda a sua experiência e o seu apoio na interlocução com o Legislativo e com o interior. Maria Olívia, meu muito-obrigado por todo o apoio



diário que recebo de você na Secretaria de Cultura. Cumprimento o Jota D'ângelo, representante do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais. Foi consenso, por aclamação, que o D'angelo estivesse aqui representando o conselho. Meu agradecimento pela sua contribuição no conselho e, ao mesmo tempo, por sua temperança e pelas suas importantes considerações, que são sempre muito importantes para o avanço no desenvolvimento da cultura. De maneira muito especial, quero cumprimentar o deputado Elismar Prado, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com quem mantemos um diálogo permanente em função da comissão. Meu muito-obrigado pela presença e por estar aqui colaborando com a conferência. Quero cumprimentar alguns deputados que estão sempre em contato e apoiando a Secretaria de Cultura e as ações da cultura, como a deputada Liza Prado, a deputada Luzia Ferreira, que também é da Comissão de Cultura, o deputado Luiz Henrique, que é da Comissão de Cultura e do Conselho Estadual de Política Cultural, assim como o deputado Elismar Prado, presidente da comissão. Cumprimento o deputado Lafayette de Andrada, que estava aqui. Estivemos com alguns outros e deixo o meu abraço especial a cada um de vocês. Também cumprimento a Janaína Melo, que é superintendente de Ação Cultural e, na sua pessoa, cumprimento todos os servidores presentes da Secretaria de Cultura que colaboraram com a realização dessa conferência. Ainda na pessoa da Janaína, quero saudar os presidentes das seguintes instituições do Sistema Estadual de Cultura que estão presentes: Fundação Clóvis Salgado, Iepha, Rede Minas, entre outros. Cumprimento ainda todos os conselheiros do Conselho Estadual de Cultura, em nome do Aníbal Macedo e do Amílcar Martins, que é vice-presidente do conselho. Há diversos integrantes do conselho aqui e deixo o meu abraço a cada um. Cumprimento a Cesária Macedo, chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura; o Olavo Romano, presidente da Academia Mineira de Letras e, por meio dele, cumprimento todos os artistas presentes; a Rose Guedes, do IAB, e, por meio dela, todos os representantes do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - Conep -, instituição extremamente importante para o nosso processo, como órgão colegiado; o Arnaldo Godoy, representando a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte; e todos os artistas; produtores culturais; secretários de cultura que estão presentes. Antes de iniciar, quero falar da felicidade que senti quando cheguei aqui e vi o Plenário repleto de profissionais, de servidores, de artistas, de produtores e da sociedade civil. Todos estão mobilizados pela causa da cultura. Quero falar da minha felicidade quando vi essa mobilização com pessoas de todo o Estado de Minas.

A III Conferência Estadual de Cultura é mais uma oportunidade de aproximação entre a sociedade civil e governos, para avaliar, rever e propor diretrizes, programas e investimentos prioritários para a cultura em nosso Estado. Acreditamos que a conferência se constitui em um fórum privilegiado para o subsídio das definições estratégicas governamentais. É um momento importante para identificação de demandas, reivindicações e anseios dos cidadãos, considerando as peculiaridades regionais e características singulares das centenas de municípios aqui representados. Entendemos que é de suma importância fomentar o diálogo entre os diferentes representantes dos diversos segmentos da cadeia produtiva da cultura: artistas, produtores e instituições culturais, poderes públicos estadual e municipal.

A III Conferência Estadual de Cultura é esse espaço de encontro, reflexão, compartilhamento e, principalmente, construção colaborativa. Trezentos e oitenta e seis municípios de Minas Gerais realizaram conferências municipais ou intermunicipais. Muitos daqueles que não conseguiram realizá-las estarão conosco aqui para participar como ouvintes. Desse fértil momento propositivo e reflexivo, sairão encaminhamentos e representantes de Minas Gerais para a III Conferência Nacional de Cultura, que será realizada em Brasília, no mês de novembro. Essas proposições vão colaborar com a consolidação e o aperfeiçoamento das políticas públicas do País.

O governo de Minas acredita que cultura é desenvolvimento humano, social e econômico. Para a promoção do desenvolvimento cultural, é fundamental oferecer uma política pública de cultura forte, abrangente, descentralizada, legitimada pela participação da sociedade na sua formulação e implementação e pela integração entre entes federados na sua elaboração e execução. Com o tema central "Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura", a III Conferência Estadual de Cultura corrobora os ideais propostos pelo governo de Minas.

Parabenizamos o Ministério da Cultura pela importante contribuição à consolidação da política pública de cultura no País, por meio do Sistema Nacional de Cultura. Esse sistema conta com o nosso apoio e colaboração para a sua implementação em Minas Gerais, Estado de dimensões territoriais tão desafiantes.

Temos trabalhado firmemente pela constituição de um Sistema Estadual de Cultura abrangente, sinérgico e integral. É preciso reconhecer o pioneirismo de Minas Gerais no que se refere à constituição de um sistema de cultura, que nasce ainda como embrião em 1895, com a lei de criação do Arquivo Público de Minas Gerais, do museu e biblioteca estaduais. Desde então, o sistema cresceu e recebeu apoio das gestões estaduais, com importantes marcos legais, como a Lei nº 11.726, de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, atualizada ao longo desses anos e que faz referência direta ao Sistema Estadual de Cultura e ao Plano Estadual de Cultura.

Sabemos da importância do permanente aperfeiçoamento. Em janeiro de 2011, foi criado o Conselho Estadual de Política Cultural, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior da SEC, que tem como finalidade acompanhar a elaboração da política cultural do Estado e a sua implantação.

Superadas as etapas de elaboração de seu regimento interno e de participação na organização desta conferência, o Consec se dedicará agora ao processo de colaboração na elaboração do Plano Estadual de Cultura, com um plano de ação que envolve diversas consultas públicas. A conferência de cultura, assim como as reuniões itinerantes do Consec, realizadas nas 10 macrorregiões de Minas, serão importantes fontes de apoio para a elaboração de um plano estadual de cultura abrangente e legítimo. Gostaria de agradecer a cada um dos conselheiros a colaboração diária com a política pública de Minas e a contribuição com a realização da conferência.

Houve uma comissão - estou vendo aqui vários integrantes, a Madalena, a Maria, enfim, várias pessoas, e seria injusta se não citasse todos os nomes - que trabalhou firmemente para que esta conferência pudesse ser realizada, considerando todos os aspectos democráticos. O meu muito-obrigado a cada um de vocês do conselho pela colaboração.



Aproveito também para agradecer ao Ministério da Cultura o reconhecimento da política estadual do ICMS Patrimônio Cultural, permitindo a sua compatibilização ao Sistema Nacional de Cultura. A lei do ICMS Patrimônio Cultural faz o repasse de recursos do ICMS para os municípios que preservam a sua memória e seu patrimônio cultural. Assim, temos hoje mais de 800 municípios que têm Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e 593 municípios que têm Fundo Municipal de Patrimônio.

Esses resultados precisavam ser considerados, e o Ministério da Cultura compreendeu isso. Meu muito obrigada, Bernardo, pois você foi um dos interlocutores e articuladores para que pudéssemos fazer essa conciliação. Meu muito-obrigado, em nome de Minas Gerais, por esse reconhecimento. Amanhã serão apresentadas, em um dos painéis, as regras para compatibilização e orientação dos municípios.

Informamos também que o governo do Estado já formalizou e encaminhou toda a documentação para adesão ao Sistema Nacional de Cultura e, em breve, teremos um evento em Minas Gerais para a assinatura, com a presença do governador Antonio Anastasia e da Ministra Marta Suplicy. Destacamos ainda o nosso compromisso com a descentralização das políticas públicas de cultura no Estado. Essa diretriz passa por todas as ações do Estado e se potencializa com a realização do Minas Território da Cultura, o maior programa de descentralização da ação cultural já realizado no Estado.

Ele está dividido em três grandes eixos: Dinâmicas Territoriais, para discussão das políticas públicas de cultura; Territórios do Saber, para formação e capacitação artística e em gestão cultural; e Territórios Criativos, que é circulação dos acervos do Estado e apresentação dos valores locais. O programa já passou por seis macrorregiões de Minas Gerais, 48 microrregiões, oferecendo 297 dias de ação, 1.211 programações, com a participação de 277 municípios até o momento. Como grande legado, temos os fóruns permanentes das microrregiões para identificação e organização das demandas coletivas.

Convidamos todos a participar de mais uma ação do Movimento Minas, o programa Troque Ideias com o Governador, espaço de diálogo entre o governo estadual e a população. O primeiro tema a ser debatido, escolhido pelo governador, será as políticas culturais. Convidamos todos a acessar a *site* [www.movimentominas.mg.gov.br](http://www.movimentominas.mg.gov.br) e a participar desse programa.

Essas são iniciativas do governo de Minas com o objetivo de democratizar o acesso à cultura, descentralizar a ação cultural e permitir uma construção compartilhada da política cultural. Gostaria de agradecer a todos os envolvidos no processo de organização e produção da III Conferência Estadual de Cultura, que, pela sua magnitude, demanda esforços de toda uma equipe de trabalho bem organizada, coesa e empenhada. Meu agradecimento especial aos servidores da Secretaria de Cultura que estão aqui desde cedo, trabalhando nisso há meses. Meu muito-obrigado a cada um de vocês que estão dedicando seu trabalho para colaborar com este momento. Gostaria de agradecer especialmente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o apoio e a colaboração.

Bem-vindos à III Conferência Estadual de Cultura. Esperamos que sejam porta-vozes das demandas regionais e das ricas e plurais dimensões da cultura mineira, e que, por sua articulação e compromisso, assumam o papel de protagonistas nesse grande debate público para a construção das diretrizes culturais que queremos.

Que este encontro proporcione a todos novos impulsos nas ações que muito têm contribuído para o desenvolvimento da cultura em nosso Estado e no Brasil. Bom trabalho a todos. Muito obrigada.

### Palavras do Presidente

Boa noite, senhoras e senhores. Quero saudar a Exma. Sra. Secretária de Cultura de Minas Gerais, Eliane Parreiras, essa simpatia de ser humano, encantadora e que brilha no setor cultural.

É muito bom reencontrá-la aqui representando o nosso querido governador Antonio Anastasia. Com enorme alegria, quero saudar os Exmos. Srs. Jota D'ângelo, representante do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, e Bernardo da Mata Machado, secretário substituto de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, representando o Ministério da Cultura. Grato pela preciosa presença. Quero abraçar a Exma. Sra. Maria Olívia, secretária adjunta de Estado de Cultura de Minas Gerais. Esta é a sua casa. Maria Olívia foi deputada por quatro mandatos e depois nos abandonou. É compreensível, pois está abraçando o setor cultural com muito afinho, fê e enorme entusiasmo. Muito bom tê-la ao nosso lado. Quero saudar essa jovem liderança que faz um trabalho de primeira grandeza, o presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Elismar Prado. Muito bom saber que esta comissão conta com seu talento, com sua luz, com seu brilho. Quero abraçar aquela moça, a D. Cecília, filha do saudoso embaixador da cultura José Aparecido de Oliveira. É uma enorme alegria revê-la. Dê um fraternal abraço na senhora sua mãe. Quero cumprimentar o Sr. Amilcar Martins, ex-deputado. Quando se fala em cultura, obrigatoriamente se fala nessa grande expressão da área, o eterno deputado Amilcar Martins. Quero abraçar as deputadas e os deputados presentes; quero abraçar os artistas, os produtores, as senhoras e os senhores.

Secretária, tenho aqui um discurso muito bem redigido, mas farei uma oração muito breve, muito rápida, para agradecer a cada um de vocês a visitação a esta Casa. Tenho me esforçado, esforçado muito, ao lado de todos os deputados, para buscar uma relação muito serena, muito íntima, muito consensual com a sociedade mineira. Esse é o papel do empregado do povo; essa é a missão desta instituição. Esta instituição é o orgulho de todos nós. De forma responsável, dedicada, zelosa e correta, ela tem abraçado todas as causas sociais dos mineiros e dos brasileiros.

Relembro uma que pode ser considerada a causa mãe da sociedade brasileira, a saúde, que lamentavelmente, revela-nos, ainda, um quadro de fragilidade e até mesmo de mazela. O Brasil, mesmo alçado à condição de 6ª economia do mundo, ao se falar em saúde, perde em investimento nesse setor para 150 países. É algo lamentável. Se realizarmos um cotejo, um paralelo com a Argentina, Chile ou Uruguai, também ficaremos frustrados. Talvez muitos não tenham conhecimento, mas os países africanos promovem mais investimento em saúde do que o Brasil.

Então, é muito bom, Dr. Bernardo, ouvir a sua sábia oração, manifestação muito lúcida. Procuo estar atento ao saber, à opinião, à inquietação, à manifestação do povo. Esse é o dever de quem preza a vida pública de verdade. A juventude, sobretudo a mineira e a brasileira, Maria Olívia, deu uma belíssima lição para mim, para todos nós, para quem quer ajudar a mudar o Brasil. Naquilo identifiquei uma bela consciência cívica: a sociedade externando a sua indignação, o seu sentimento de repulsa e a sua vontade



ilimitada de construir um Brasil melhor, um Brasil mais feliz. É fundamental que tenhamos humildade franciscana para ouvir esse recado, ouvir esse pedido de um novo rumo, um novo caminho para o nosso querido Brasil. Por isso, cada dia mais, todos nós, deputados, deputadas, colaboradores desta augusta Casa, nos esforçamos para fazer desta instituição uma instituição esmerada, exemplar. Por isso, secretária Eliane, há pouco tempo e de forma pioneira, a Assembleia de Minas acabou, sepultou de uma vez por todas o pagamento do 14º e do 15º salários dos deputados; por isso a Assembleia de Minas, também de forma pioneira, achou por bem, buscando uma relação consensual com a sociedade mineira, abolir, eliminar de uma vez por todas o pagamento das sessões extraordinárias.

É por isso que a Assembleia, sempre carregando a ética como bandeira maior, achou por bem também jamais contratar vereadores para aqui trabalhar. É por isso que a Assembleia de Minas, também pregando sempre a ética, que tem que estar sempre presente em qualquer missão que viermos a desenvolver, saiu ao chamamento de deputado em recesso parlamentar. É por isso que a Assembleia de Minas abraça uma causa fundamental ao bem-estar do mineiro e do brasileiro, que é a repactuação das dívidas dos Estados. É por isso que a Assembleia de Minas está envidando todos os esforços, para quê? Para que a Assembleia visite Minas, converse com o mineiro, busque a sua queixa, a sua reclamação, o seu saber sábio. Para quê? Para que possamos ser empregados de melhor qualidade.

Fiz esse preâmbulo, que é também fundamentado nesses princípios, nesses valores tão caros da democracia, porque a Assembleia, há pouco também instituiu o voto aberto. Digo que não tem nada mais sagrado para o parlamentar que a transparência dos seus gestos, das suas atitudes, das suas ações. E acho que a Assembleia de Minas fez algo exemplar, que haverá de inspirar tantas outras instituições. Aqui, hoje, todos os votos, todas as manifestações são abertas. Daí o cidadão, o mineiro, o brasileiro tem oportunidade de acompanhar o meu voto, o seu voto, a sua atitude, a sua ação.

Fiz essa análise preliminar só para demonstrar o compromisso sagrado do Parlamento de Minas com a nossa sociedade, com a vida do próximo, do semelhante, até porque nós aqui nos encontramos na trincheira da vida pública para melhorar a vida das pessoas. Digo a vocês com enorme orgulho: para melhorar a vida do povo, precisamos ter compromisso com a atividade cultural da nossa gente, da nossa pátria, do nosso estado. Temos que estimular, criar políticas públicas que possam verdadeiramente incentivar o segmento cultural, dando a ele mais vida, mais vez, mais recursos, e uma legislação cada dia mais virtuosa.

É isso, queridos artistas, colaboradores, produtores, que estamos buscando incansavelmente. Com muito orgulho, falo a cada um de vocês que estamos percorrendo a estrada da evolução com a ajuda, com a colaboração de cada um de vocês. Logo, quando aqui assumimos, fizemos questão de ofertar à sociedade mineira, à nata cultural, um precioso presente, que é o painel da nossa artista plástica, consagrada por todos nós, Yara Tupynambá. Um painel lindo, lindo, lindo, que estava escondido, escondido dos olhos dos mineiros. E hoje ele tem oportunidade de ser visto naquele saguão. Foi um trabalho muito difícil, com o apoio da universidade federal, do Iphan, da Secretaria de Cultura. Hoje estamos tendo a oportunidade de ali passar, caminhar, ver, testemunhar, vivenciar, aplaudir aquele painel maravilhoso que encanta o coração dos mineiros. É por isso, secretária Eliane, que tivemos oportunidade - eu fui um singelo procurador - de ser autor da instituição da lei do barroco mineiro. Este ano, no dia 18 de novembro, estaremos comemorando o barroco e os 200 anos da imortalidade de Aleijadinho.

Essa é a história de Minas, é isso que dá alegria a cada um de nós. E é por isso que vamos, daqui a uns dois meses, querida Maria Olívia - seu nome e sua história estão gravados na entrada da Assembleia, quero aproveitar a oportunidade para dizer isso -, no dia 27 de novembro - será um momento rico e sagrado da vida, da arte e da história de Minas Gerais -, inaugurar o memorial do Legislativo Mineiro. É a nossa história, é algo que realmente temos que reverenciar. E, depois de muito esforço, muita luta, muita abnegação, teremos a felicidade de ofertar a Minas e ao Brasil a sua história, a história do Legislativo, do Legislativo compromissado com o ser humano, com os nossos valores, com a nossa democracia.

E é por isso, querida secretária, que estaremos no próximo mês também anunciando para toda Belo Horizonte e Minas Gerais o início do processo licitatório de requalificação da Praça Carlos Chagas, a Praça da Assembleia. Depois de quase três anos de luta, de esforço, de trabalho, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, a Assembleia de Minas dará início vigoroso ao processo licitatório, e dentro de um ano teremos essa praça, que é de cada um de vocês, como espaço para elevar a vida cultural, promover o encontro das pessoas, propiciar a interação de ideias, abraçar o companheiro e fazer aquela boa prosa do mineiro. O mineiro gosta de ter aquela conversa ao pé do ouvido, gosta de aprender e de ter uma relação cada dia mais fraterna e mais amiga. É por isso que digo que assembleia boa, que instituição virtuosa, auspiciosa é aquela que tem compromisso com o segmento cultural. E a Assembleia de Minas, Maria Olívia e deputado Amílcar Martins, tem sido brindada pelos mineiros e mineiras, pela sua generosidade, pela largueza de espírito, pelos seus valores ricos.

Ontem foi um dos momentos mais significativos da minha pequenina história de vida pública. Aqui cheguei em 1994, com 20 e poucos anos - a Maria Olívia me ajudando e me orientando muito naquela época. Foi algo de emocionar, não somente o meu coração, mas o coração do mineiro. É algo também que expressa a importância da nossa cultura, uma parceria que realmente haverá de se apresentar como verdadeiro marco na história de Minas Gerais. A Assembleia de Minas, por meio do escultor Leo Santana, oferecerá a Minas Gerais uma obra extraordinária, uma linda escultura em homenagem e reverência aos doadores de órgãos, que é uma parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o MG Transplantes, a Fhemig e a Secretaria de Estado da Saúde, aqui na Praça da Assembleia. Ontem, secretária Eliane, 500, 600, 700 pessoas vieram aqui celebrar este momento. Falo isso com alegria, com emoção, com enorme fê. Pode até parecer algo muito simples, mas é uma coisa muito nobre. É uma estátua, um marco em homenagem às famílias doadoras, mas que tem um objetivo muito puro, muito sublime: incentivar em cada um de nós o hábito e a cultura de doação de órgãos, com o objetivo santo, abençoado, de ajudar a salvar vidas. Falei ontem e repito que é uma pura atitude de misericórdia, de generosidade, de solidariedade e de amor. E o amor é a mais bela de todas as coisas. Certamente daqui a três, quatro meses, Belo Horizonte e Minas Gerais estarão testemunhando essa belíssima obra, expressão da arte, da cultura, da vida, da solidariedade.

E hoje a Assembleia de Minas está sendo brindada com a presença de cada um de vocês no início desta conferência. Espero, do fundo do coração, que possamos captar ideias cada dia mais inteligentes, mais comprometidas com esse segmento e que tudo isso possa se agregar na bela missão de evoluir, enaltecer e qualificar ainda mais a vida dos mineiros. Todos nós temos um sonho:



erradicar a miséria no Estado de Minas Gerais, dotar todos os mineiros de boa sorte e conceder-lhes uma colheita de paz, de tranquilidade, de felicidade, de harmonia e de justiça social. E, para isso se efetivar, é fundamental que tenhamos essa mão amiga, essa mão solidária da nata cultural de Minas Gerais.

Quero, portanto, agradecer a cada um de vocês. A presença dos senhores e senhoras é a certeza absoluta de que esta Casa, a Casa de vocês, a Casa de Minas, a Casa do povo desfruta de bom conceito, de credibilidade e da confiança do mineiro e da mineira, para edificar, sob as bênçãos do pai celestial, uma sociedade mais fraterna, mais irmã, mais igualitária e muito mais cristã. Um grande abraço e que Deus abençoe vocês. Paz, saúde e uma ótima conferência a favor de Minas e a favor de um Brasil muito mais feliz.

Neste instante, a Assembleia Legislativa manifesta os agradecimentos aos integrantes da Mesa de abertura e passa a coordenação dos trabalhos ao presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, fraterno amigo, deputado Elismar Prado.

O presidente (deputado Elismar Prado) - Boa noite a todas e a todos. Dou as boas-vindas a todos os delegados e delegadas da III Conferência Estadual de Cultura.

## **2º Painel: Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a compor a Mesa as Exmas. Sras. Janaína Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura; e Manoella Machado, superintendente de Interiorização da Secretaria de Estado de Cultura; os Exmos. Srs. Anibal Macedo, representando o Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais; e Mateus Clemente, assessor jurídico da Secretaria de Estado de Cultura; e a Exma. Sra. Tatiana Nonato, diretora de Informação e Fomento da Secretaria de Estado de Cultura.

## **Palavras do Presidente**

Gostaria apenas de tecer algumas considerações e de agradecer ao presidente, deputado Dinis Pinheiro, à secretária Eliane Parreiras, ao Bernardo, representante do Ministério da Cultura, e à nova Mesa composta.

Gostaria de dizer rapidamente que, realmente, temos um grande desafio pela frente, porque o tema desta conferência é o desafio de criar uma política de estado para a cultura. Quando se fala em política de estado, queremos dizer que ela está acima das disputas políticas, ideológicas e partidárias. O nosso interesse não é construir uma política de governo, mas uma política que perpassse os governos, uma política realmente de estado, para atingirmos o interesse público, a cultura como direito. Esse é o nosso desafio, numa parceria com a Comissão de Cultura, sob a minha presidência.

Quero agradecer a todos os membros da Comissão de Cultura e à deputada Luzia Ferreira, que também contribui muito nesse processo. Como o desafio é a construção e a consolidação do Sistema Nacional de Cultura, fomos procurados pelo Ministério da Cultura que nos propôs uma parceria e solicitou o auxílio da comissão e desta Casa Legislativa. Percorremos, então, todas as regiões do Estado, realizando audiências públicas e oficinas com a participação do Ministério da Cultura, do Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais e da Comissão de Cultura, no intuito de orientar as prefeituras, os municípios e os gestores dos procedimentos a serem adotados para melhorarmos a participação de Minas Gerais nesse processo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

O Estado de Minas Gerais, por toda a sua riqueza e diversidade cultural, realmente estava muitíssimo atrasado nesse processo. Pouquíssimos municípios tinham o conselho, o fundo e o Plano Municipal de Cultura. Felizmente, depois de todo o processo, melhoramos muito, mas muito mesmo, a participação e a adesão dos municípios. A secretária nos deu a informação de que finalmente Minas Gerais aderirá ao Sistema Nacional de Cultura. Isso é importante, porque só restam os Estados de Minas Gerais e Pernambuco para fazerem a adesão. Todos os outros estados já a fizeram. Por tudo aquilo que representa e pelo peso que temos, é muito importante Minas Gerais estar participando desse processo não como mera formalidade, mas para que possamos avançar no intuito de construir uma política de estado para a cultura. A comissão participa ativamente, contribuindo nesse processo.

Antes de passar a palavra para a Janaína, que fará a leitura do regulamento, gostaria de dar apenas um exemplo. Infelizmente, ainda não temos uma política estadual de cultura em Minas Gerais. É uma crítica construtiva que faço. Quero citar só um exemplo. O governador de Minas anunciou, no último dia 11, investimentos na ordem de R\$417.000.000,00 em obras e ações para a área da cultura. Segundo a própria matéria do governo do Estado, trata-se do maior conjunto de obras e projetos de valorização do patrimônio cultural da história de Minas Gerais. Aliás, são 64 intervenções, divididas em 11 projetos, totalizando R\$417.185.000,00. Só para citar um exemplo da enorme concentração que existe, pois não temos ainda uma interiorização dos investimentos e das ações na área da cultura, desses R\$417.000.000,00, R\$147.000.000,00 são para a sala de concertos e a sede da filarmônica, que é uma Oscip; R\$72.000.000,00 para a sede da *Rede Minas* e da *Rádio Inconfidência*; R\$94.800.000,00 para o Circuito Cultural Praça da Liberdade; R\$24.000.000,00 para os museus; e apenas R\$17.700.000,00 para a Fundação Clóvis Salgado. Resumindo, esses são dados que levantamos no monitoramento do PPAG.

Concluimos que, infelizmente, o desafio realmente é muito grande, pois quase todos os recursos estão concentrados em Belo Horizonte. Há muitas reivindicações do setor aqui que ainda não são atendidas. Imaginem só no restante do Estado, nos 853 municípios. O que queremos é que a política de cultura, os investimentos, as ações e obras cheguem a todos os rincões de Minas Gerais, a todos os cantos deste Estado. Queremos uma política de cultura. Esse é o nosso desafio. Para isso, temos de ter um fundo que tenha recursos e investimentos.

Não digo isso só em relação a Minas Gerais mas também em relação à União. Temos a nossa luta pela aprovação da PEC nº 150, para obtermos um mínimo de investimento para a cultura: da União, do governo federal, 2%; dos estados, 1,5%; e dos municípios, 1%. Ou seja, recursos para todos esses processos que estão em andamento para termos, de fato, uma política de estado para a cultura.

Enfim, apenas queria fazer esse contraponto de que o desafio é muito grande. Desejo uma boa conferência a todos os delegados e delegadas, que levemos boas propostas à III Conferência Nacional, que Minas Gerais possa correr atrás desse prejuízo, que possamos tratar a cultura como um direito fundamental da pessoa humana. Esses são os desejos de todos nós que somos apaixonados por cultura. Parabéns a todos.



Neste momento, gostaria de anunciar que a Sra. Janaína Cunha Melo fará a leitura e a aprovação do regulamento da III Conferência Estadual de Cultura. Para isso, passo a palavra à Sra. Janaína Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura.

### **Leitura, Votação e Aprovação do Regulamento da III Conferência Estadual de Cultura**

A Sra. Janaína Cunha Melo - Boa noite, deputado, e obrigada por suas palavras. Cumprimento a Sra. Manoella Machado, o Dr. Mateus Clemente, a Sra. Tatiana Nonato, o Sr. Aníbal Macedo e os assessores da Casa, que estão conosco desde o início desse processo, Ricardo Moreira e Hugo Avelar. Muito obrigada. Senhoras e senhores, boa noite.

Antes de começarmos a leitura para posterior discussão e aprovação do regulamento desta conferência, gostaria de fazer um breve histórico. A comissão organizadora desta conferência começou a trabalhar em 28 de junho. Na ocasião, foi muito interessante, quando começamos a discutir a programação mais à frente, porque se ventilou a possibilidade de, no primeiro dia desta conferência, não termos um quórum tão expressivo, considerando as dimensões deste Estado e também o árduo desafio de toda a militância da cultura. Porém, iniciar hoje esse trabalho com mais de 300 pessoas aqui é muito surpreendente e satisfatório. Já de imediato isso implica que teremos uma discussão bastante ampla, heterogênea e, como queremos todos, muito frutífera. Como estava dizendo, os trabalhos começaram no dia 28 de junho, imediatamente após a publicação da portaria do Ministério da Cultura, que é o primeiro instrumento de normatização da realização das conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional. Realizamos 11 reuniões para chegarmos a este momento e trabalhamos inicialmente com um universo de 7 mil propostas. Aproximadamente 350 municípios realizaram conferências municipais e intermunicipais. Dessas 7 mil propostas, estivemos em um processo trabalhando cada uma delas, compilando, fazendo a síntese e a sistematização, até lidarmos com um universo de 3.297 propostas dos municípios que realizaram suas conferências.

Recupero rapidamente esses dados só para termos uma ideia da representatividade dessa conferência, do alcance dela e da disposição - imagino que seja de toda a comissão organizadora e dessa conferência - de realmente nos debruçarmos sobre todos os desafios que se apresentam para a consolidação das políticas públicas e o fortalecimento das ações já existentes.

Dito isso, só queria fazer algumas observações em relação à leitura do regulamento. Gostaria de propor que ela fosse feita por capítulos e, cada vez que alguém sentir a necessidade de apresentar um destaque, que fizesse o uso do microfone, por gentileza, dizendo o nome e o município. Aí faremos o registro de que há destaque naquele capítulo e, ao final da leitura de todo o regulamento, retomaremos cada destaque para ajuste e aprovação final.

Gostaria de solicitar a gentileza de, no momento da argumentação dos destaques, estabelecermos que a manifestação não ultrapasse 2 minutos, porque estamos falando de um regulamento com 26 artigos. Assim, teremos a possibilidade de realmente iniciar e concluir esse processo hoje da maneira mais qualificada possível. Gostaria de lembrar que, ao final dos ajustes, das alterações e dos destaques, a votação será feita pelos delegados. Dito isso, vamos ao documento.

Se algo não tiver ficado claro até o momento, basta se manifestarem. Se, porventura, alguém não tiver o regulamento em mãos, temos cópias. Ele será projetado aqui. Vamos aguardar que todos tenham o documento em mãos. Lembro que a cópia do regulamento está na pasta recebida no credenciamento.

- Procede-se à leitura, votação e aprovação do Regulamento da III Conferência Estadual da Cultura, cujo teor é o seguinte:

## **“REGULAMENTO DA 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DE MINAS GERAIS**

### **CAPÍTULO I DA CONVOCAÇÃO**

Art. 1º - A 3ª Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Decreto nº 425, de 24 de julho de 2013, do governador do Estado de Minas Gerais, publicado em 25 de agosto de 2013, no “Minas Gerais”, será realizada de 25 a 27 de setembro de 2013, nas dependências da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o tema “Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura” e com os objetivos previamente publicados na Resolução nº 75, de 2 de setembro de 2013, da Secretaria de Estado da Cultura, publicada em 3 de setembro de 2013, que contém o Regimento Interno da Conferência Estadual.

### **CAPÍTULO II DO TEMÁRIO**

Art. 2º - O tema geral da 3ª Conferência Nacional de Cultura será “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”, na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura brasileira.

§ 1º - O tema tem como referência central a Emenda à Constituição nº 71, promulgada pelo Congresso Nacional em 29 de novembro de 2012, que acrescentou o art. 216-A à Constituição Federal, transcrita, para fins de informação, no Anexo 1 deste regulamento.

§ 2º - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as políticas de cultura e suas diretrizes em todos os âmbitos da Federação de maneira transversal, de forma a orientar as discussões em todas as etapas.

§ 3º - O temário será subsidiado por texto-base, elaborado a partir dos eixos e subeixos temáticos listados no art. 3º deste Regulamento, e terá a discussão orientada pelas proposições sistematizadas, advindas das Conferências Municipais e Intermunicipais.

Art. 3º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura - PNC -, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Estadual de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e serão distribuídos nos seguintes eixos e subeixos abaixo:

I - Eixo 1 - Implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC -, com foco nos impactos da Emenda à Constituição do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, estados/Distrito Federal e municípios), estando organizado nos seguintes subeixos:

a) Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os princípios constitucionais do SNC;

b) Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

c) Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

d) Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa;

II - Eixo 2 - Produção Simbólica e Diversidade Cultural, com foco no fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial, estando organizado nos seguintes subeixos:

a) Criação, Produção, Preservação, Intercâmbio e Circulação de Bens Artísticos e Culturais;

b) Educação e Formação Artística e Cultural;

c) Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

d) Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais;

III - Eixo 3 - Cidadania e Direitos Culturais, com foco na garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial, estando organizado nos seguintes subeixos:

a) Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

b) Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

c) Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

d) Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades;

IV - Eixo 4 - Cultura como Desenvolvimento Sustentável, com foco na economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, estando organizado nos seguintes subeixos:

a) Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

b) Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

c) Fomento à Criação/ Produção, Difusão/ Distribuição/ Comercialização e Consumo/ Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

d) Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA REALIZAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

Art. 4º - A 3ª Conferência Estadual de Cultura contou com uma etapa preparatória, constituída por conferências municipais ou intermunicipais, realizadas no período definido pelo Regimento Interno da Conferência Estadual.

Art. 5º - A 3ª Conferência Estadual de Cultura será presidida pela Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais e pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG -, ou por representantes por eles designados, e contará com o apoio da Representação Regional de Minas Gerais do Ministério da Cultura - MinC - e do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec.

Parágrafo único - A 3ª Conferência Estadual de Cultura será desenvolvida sob a forma de palestras, debates, grupos de trabalho e plenárias para aprovação do Regulamento, para votação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e para a eleição da delegação de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional de Cultura, conforme programação definida pela Comissão Organizadora.

Art. 6º - Para a organização e o desenvolvimento de suas atividades, a 3ª Conferência Estadual de Cultura contará com uma Comissão Organizadora Estadual.

Art. 7º - Os(As) delegados(as) natos(as) ou eleitos(as) deverão fazer o credenciamento na secretaria do evento, no dia 25 de setembro de 2013, no período das 18 às 22 horas, e no dia 26 de setembro de 2013, no período das 8h30 às 12 horas, apresentando documento de identidade à mesa credenciadora, assinando a lista de presença e referendando o segmento de representação - poder público ou sociedade civil - e a opção do grupo de trabalho indicada na ficha de inscrição.

#### **SEÇÃO I**

#### **DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

Art. 8º - A Comissão Organizadora tem a seguinte composição:

I - Representantes do poder público:

a) Janaína Helena Cunha Melo, Superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura - SEC - (titular) e Tatiana Nonato de Souza Leite, Diretora de Informação e Fomento da Superintendência de Ação Cultural da SEC (suplente);

b) Deputado Elismar Prado, Presidente da Comissão de Cultura da ALMG (titular) e Deputada Luzia Ferreira, Vice-Presidente da Comissão de Cultura da ALMG (suplente);

c) Aparecida dos Reis Maria, Representação Regional de Minas Gerais do MinC (titular) e Cláudia Houara de Castro, Representação Regional de Minas Gerais do MinC (suplente);

d) Manuella Abdanur de Paula Machado, Superintendente de Interiorização da SEC (titular) e Daniela Giovana Siqueira, Assessora da Superintendência de Interiorização da SEC (suplente);

e) Mila Batista Leite Corrêa da Costa, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais - SECCRI - (titular) e Caio Barros Cordeiro, Assessor-Chefe de Relacionamento Institucional da SECCRI (suplente);

f) Denise Liberato, Secretária Executiva do Consec (titular) e Raul Abu-Jamra, Secretária Executiva do Consec (suplente);



II - Conselheiros do Consec designados como titulares:

- a) Paulo de Moraes - Produção Cultural;
- b) Sula Kyriacos Mavrudis - Rede de Apoio ao Circo;
- c) Makely Oliveira Soares Gomes - Música;
- d) Marco Aurélio Ribeiro de Carvalho - Audiovisual e Novas Mídias;
- e) Magdalena Rodrigues - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED/MG;
- f) Anibal Henrique de Oliveira Macedo - Literatura;

III - Conselheiros do Consec designados como suplentes:

- a) Maria Ribeiro de Andrada e Oliveira Figueiredo - Patrimônio Histórico e Artístico;
- b) Tiago Araújo Maia - Entidades de Trabalhadores e Empresariais;
- c) Carlos Alexandre Gonçalves da Silva - Secretaria de Estado de Governo.

Parágrafo único - A Comissão Organizadora será coordenada pela Superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura e será auxiliada por um Grupo de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Art. 9º - São atribuições da comissão organizadora:

I - definir o Regimento da Conferência Estadual, contendo os critérios de participação e eleição de delegados nas etapas e modalidades respectivas, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional;

II - definir data, local, pauta e programação da Conferência Estadual respeitando um prazo mínimo de 60 dias entre as datas de convocação e de realização da conferência;

III - validar as Conferências Municipais e Intermunicipais, conforme as diretrizes estabelecidas neste Regimento;

IV - sistematizar os Relatórios das Conferências Municipais e Intermunicipais;

V - enviar ao Comitê Executivo Nacional o Relatório Final da Conferência Estadual, até 10 dias após a sua realização, bem como a relação dos delegados eleitos, obedecendo aos prazos e critérios estabelecidos no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional, inserindo esses documentos e informações na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ministério da Cultura;

VI - enviar ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, inserindo essas informações na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ministério da Cultura;

VII - garantir que os eixos temáticos da Conferência Estadual contemplem o temário nacional, sem prejuízo das questões municipais e estaduais;

VIII - orientar que a publicidade oficial que se der à Conferência Estadual deverá explicitar sua condição de etapa integrante da 3ª Conferência Nacional;

IX - contribuir com o processo de divulgação de que as Conferências Livres poderão ser promovidas e organizadas pelos mais variados âmbitos da sociedade civil e do poder público e ficarão sob a responsabilidade dos segmentos e entidades que as convocarem. Terão caráter mobilizador, não elegerão delegados, mas poderão contribuir com proposições a serem encaminhadas ao Comitê Executivo da 3ª Conferência Nacional de Cultura; e

X - contribuir com o processo de divulgação de que a Conferência Virtual será disponibilizada em Portal próprio pelo Ministério da Cultura e terá caráter consultivo, com vistas ao debate e às proposições relacionadas ao temário da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

## SEÇÃO II COMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA ESTADUAL

Art. 10 - A Plenária da Conferência terá a seguinte composição:

I - delegados(as) da sociedade civil escolhidos nas Conferências Municipais ou Intermunicipais, conforme disposto no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura;

II - delegados(as) do poder público municipal escolhidos pelas Conferências Municipais ou Intermunicipais, conforme disposto no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura;

III - os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec;

IV - 18 (dezoito) delegados(as) natos(as) representantes do governo estadual, sendo:

a) 13 (treze) representantes do Sistema Estadual de Cultura;

b) 5 (cinco) representantes de Secretarias de Estado, não contempladas no Consec;

V - 4 (quatro) delegados(as) natos(as) representantes do Poder Legislativo Estadual, preferencialmente parlamentares da Comissão Permanente de Cultura e da Frente Parlamentar de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, indicados pelo Presidente da ALMG;

VI - 2 (dois/duas) delegados(as) natos(as), Promotores(as) ou Procuradores(as), representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

VII - convidados(as);

VIII - observadores(as), desde que haja vagas nos espaços físicos disponíveis.

§ 1º - As representações de que tratam os incisos IV e VI serão indicadas pelos titulares das respectivas secretarias ou órgãos públicos mencionados, incluindo-se 1 (um) suplente para cada titular.

§ 2º - Incluem-se na categoria de convidados(as), com direito a voz na 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, as autoridades e representantes de entidades nacionais e internacionais, os(as) artistas, agentes e promotores(as) culturais, integrantes de entidades da sociedade civil ou de órgãos públicos, indicados pela Comissão Organizadora Estadual.



Art. 11 - Para que a Conferência Estadual seja válida para a 3ª Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 50 (cinquenta) delegados, representantes da sociedade civil e da área governamental, escolhidos nas Conferências Municipais e Intermunicipais.

Parágrafo único - Na Conferência Estadual, o número total de delegados natos não poderá ser superior a 15% do total de delegados eleitos em Conferências Municipais e Intermunicipais.

### SEÇÃO III

#### DA DINÂMICA E DA METODOLOGIA DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 12 - Durante a 3ª Conferência Estadual de Cultura serão formados grupos de trabalho para aprofundamento do temário e para apresentação e votação de propostas.

§ 1º - Serão formados 4 (quatro) grupos de trabalho, que debaterão, cada um, um eixo temático e seus respectivos sub-eixos.

§ 2º - Os grupos de trabalho serão constituídos pelos delegados, a partir da opção expressa na ficha de inscrição e referendada no credenciamento, obedecidos os critérios de ordem de chegada e limite de participantes por grupo, além da coordenação e da equipe técnica de apoio.

§ 3º - Os participantes credenciados como convidados ou observadores somente poderão participar dos grupos de trabalho na existência de vagas, obedecido o critério de ordem de chegada.

§ 4º - A abordagem dos temas pelos grupos de trabalho deverá levar em conta as propostas obtidas nas Conferências Municipais e Intermunicipais, devendo cada grupo priorizar até 8 (oito) propostas de âmbito nacional e até 8 (oito) propostas de âmbito estadual, pertinentes ao seu eixo, sendo, pelo menos, uma proposta por sub-eixo, para a elaboração do Documento de Propostas a ser apreciado pela Plenária Final da 3ª Conferência Estadual de Cultura.

§ 5º - A critério da Comissão Organizadora, poderá ser subdividido um ou mais grupos de trabalho, conforme a capacidade do espaço físico disponível e o número de participantes credenciados para cada grupo.

Art. 13 - Cada grupo de trabalho terá uma coordenação, indicada pela Comissão Organizadora, e um relator(a), escolhido(a) pelo próprio grupo.

Parágrafo único - Os coordenadores de cada grupo de trabalho terão as seguintes atribuições:

I - fazer uma breve exposição sobre o tema do eixo orientador do Grupo de Trabalho;

II - expor a metodologia de funcionamento do grupo;

III - orientar as discussões do tema;

IV - esclarecer dúvidas;

V - mediar os debates do grupo, possibilitando o uso da palavra a todos os participantes;

VI - cronometrar o tempo de intervenção dos participantes em até 2 (dois) minutos para cada um deles.

Art. 14 - Os grupos contarão com equipe técnica de apoio composta de facilitadores, consultores, redatores e digitadores, nas reuniões de trabalho.

Art. 15 - Os grupos de trabalho terão a seguinte dinâmica:

I - breve exposição, pelos coordenadores, sobre o eixo temático orientador do grupo e sobre o documento consolidado a partir das propostas apresentadas nos relatórios finais das Conferências Municipais e Intermunicipais;

II - escolha do(a) relator(a) do grupo de trabalho;

III - leitura das propostas de âmbito nacional e estadual, constantes no documento consolidado e concomitante levantamento dos pedidos de destaque;

IV - votação e aprovação, por maioria simples, das propostas, salvo os destaques;

V - apresentação oral dos destaques solicitados, em até 2 (dois) minutos;

VI - discussão e votação, por maioria simples, dos destaques;

VII - apresentação, por escrito, de novas propostas e moções, que poderão ser defendidas oralmente em até 2 (dois) minutos;

VIII - discussão e votação, por maioria simples, das novas propostas apresentadas no grupo;

IX - discussão e votação, por maioria simples, das moções apresentadas no grupo;

X - priorização, por grupo de trabalho, de até 8 (oito) propostas de âmbito nacional e de até 8 (oito) propostas de âmbito estadual, sendo, pelo menos, uma proposta por sub-eixo;

XI - redação do relatório do grupo.

§ 1º - Somente serão aceitos destaques para suprimir ou modificar propostas.

§ 2º - Para discussão dos destaques e das moções, a palavra será dada uma única vez e por até 2 (dois) minutos aos presentes, alternando-se um parecer favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

§ 3º - As novas propostas somente poderão ser apresentadas, dentro do horário estabelecido pela coordenação do grupo de trabalho se cumprirem os seguintes requisitos:

I - abrangência estadual ou nacional;

II - conteúdo pertinente ao eixo temático do grupo de trabalho e inteiramente inovador em relação às outras propostas consolidadas.

§ 4º - A aprovação de proposta destacada ou nova proposta prejudicará aquela com teor contrário aprovada em bloco.

§ 5º - Após avaliação do volume de propostas e do tempo reservado para funcionamento do grupo de trabalho, os(as) delegados(as) reunidos(as) no grupo poderão fazer uma indicação de quais proposições serão submetidas à discussão.

§ 6º - A redação dos relatórios dos grupos de trabalho da 3ª Conferência Estadual de Cultura é de responsabilidade dos coordenadores e relatores, sob supervisão da Comissão Organizadora, com o apoio da equipe técnica de apoio.



## SEÇÃO IV

### DA DINÂMICA E DA METODOLOGIA DA PLENÁRIA FINAL

Art. 16 - A plenária final, destinada à votação das propostas aprovadas pelos grupos de trabalho e à eleição da delegação estadual à 3ª Conferência Nacional de Cultura, terá a seguinte dinâmica:

I - leitura da proposta do relatório final, pela Mesa, na hipótese de não haver distribuição de cópia da proposta aos presentes, ou tempo de até 20 minutos para leitura pelos participantes;

II - apresentação de pedidos de destaque;

III - votação e aprovação, por maioria simples, das propostas, salvo os destaques;

IV - discussão, votação e aprovação, por maioria simples, dos destaques e de eventuais novas propostas apresentadas;

V - priorização de até 4 (quatro) propostas de âmbito nacional, por eixo temático, sendo, pelo menos, uma proposta por sub-eixo, a serem encaminhadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura;

VI - eleição da delegação estadual à 3ª Conferência Nacional de Cultura;

VII - encerramento da 3ª Conferência Estadual de Cultura.

§ 1º - Para discussão dos destaques, a palavra será dada uma única vez, por até 2 (dois) minutos, aos(as) delegados(as) votantes, alternando-se um parecer favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

§ 2º - As propostas contraditórias serão automaticamente destacadas.

§ 3º - Serão aceitas propostas novas e moções, desde que subscritas por, no mínimo, 25% dos(as) delegados(as) presentes, observados o limite de duas propostas por eixo e o horário de apresentação estabelecido pela Mesa Coordenadora dos trabalhos.

§ 4º - A aprovação de proposta destacada prejudicará proposta com teor contrário aprovada em bloco.

Art. 17 - A plenária final será presidida conjuntamente pelo Secretário de Estado da Cultura e pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ou por representantes por eles designados.

Art. 18 - Só poderão participar da votação das propostas os(as) delegados(as) munidos(as) de cartão de votação.

## SEÇÃO V

### DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS) À 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

Art. 19 - Todos(as) os(as) participantes com direito a voto podem candidatar-se a delegado(a) à 3ª Conferência Nacional de Cultura, comprovada sua participação nos grupos de trabalho e sua presença na Plenária Final.

Parágrafo único - A apuração da participação nos grupos de trabalho será feita a partir das 16 horas do dia 26 de setembro de 2013, momento em que serão recolhidas as listas de presença.

Art. 20 - As inscrições dos(as) candidatos(as) à 3ª Conferência Nacional de Cultura deverão ser feitas no grupo de trabalho ou na secretaria do evento, em formulário próprio, no dia 26 de setembro de 2013, das 9 às 16 horas, impreterivelmente.

Parágrafo único - A inscrição de candidatura à delegação da 3ª Conferência Nacional somente poderá ser realizada na categoria de representação em que se deu o credenciamento do(a) delegado(a) interessado.

Art. 21 - O número de vagas para a delegação de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional de Cultura corresponderá a 10% do número de delegados presentes na Conferência Estadual, observado o número máximo de 50 (cinquenta) delegados e a distribuição abaixo, conforme Regimento da 3ª Conferência Nacional:

I - 2/3 (dois terços) das vagas apuradas para delegados representantes da sociedade civil;

II - 1/3 (um terço) das vagas apuradas para delegados representantes do poder público.

§ 1º - As vagas apuradas para o poder público serão distribuídas na proporção de 2/3 (dois terços) para representantes do poder público municipal e 1/3 (um terço) para representantes do poder público estadual.

§ 2º - Na escolha dos delegados, deve-se considerar a diversidade e transversalidade da cultura, com adoção de critérios que contemplem os diversos territórios e segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como a diversidade étnica e racial, dispostas no §3º do art. 18 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional.

§ 3º - Em caso de empate em votação para delegados, será repetida a votação, em segundo turno, apenas para os candidatos empatados.

Art. 22 - A eleição dos(as) delegados(as) da sociedade civil levará em conta a divisão de planejamento do Estado, de modo a garantir a representação de todas as regiões na delegação de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional de Cultura, como forma de atender o disposto no §2º do artigo anterior.

§ 1º - Para os fins da divisão referida no *caput*, a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - será considerada uma região em separado, estando destacada da macrorregião Central, conforme divisão apresentada no Anexo 2.

§ 2º - O número de vagas apurado, relativas ao segmento da sociedade civil, será distribuído de forma igualitária para todas as regiões.

§ 3º - As vagas remanescentes, após a distribuição igualitária prevista no parágrafo anterior e decorrentes da inexistência de candidatura para vagas da sociedade civil em alguma das regiões, serão denominadas vagas de representação geral.

§ 4º - O quantitativo de vagas de representação geral da sociedade civil será apurado após a validação das candidaturas inscritas e será anunciado no início da Plenária Final.

§ 5º - O(A) delegado(a) interessado(a) em concorrer às vagas de representação geral deverá se inscrever no período de 9 às 11 horas, do dia 27 de setembro de 2013, na mesa de assessoria da Plenária Final, preenchendo o formulário específico.

Art. 23 - A eleição da delegação de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional de Cultura acontecerá no dia 27 de setembro de 2013, após a discussão e aprovação do documento final de propostas.

§ 1º - Para a eleição da representação da sociedade civil, os(as) delegados(as) desse segmento se reunirão:

I - em assembleia geral para preenchimento das vagas de representação geral, em locais indicados pela Comissão Organizadora da 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais;

II - em assembleias específicas de cada região, observando-se o Anexo 2, para preenchimento das vagas distribuídas regionalmente, em locais indicados pela Comissão Organizadora da 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais.

§ 2º - Para a eleição da representação do poder público municipal, os(as) delegados(as) se reunirão em assembleia geral, em local indicado pela Comissão Organizadora da 3ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, observando-se uma distribuição que contemple diferentes regiões do Estado.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 24 - A redação do relatório final da 3ª Conferência Estadual de Cultura ficará sob responsabilidade da Comissão Organizadora.

Art. 25 - O governo estadual responsabilizar-se-á pelo traslado da delegação de Minas Gerais para participar da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 26 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora, cabendo recurso à Plenária.

#### **ANEXO 1**

#### **TEXTO DO ART. 216-A ACRESCIDO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PELA EC Nº 71, PROMULGADA PELO CONGRESSO NACIONAL EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012**

“Art. 216-A - O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º - O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º - Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da federação:

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;

III - conferências de cultura;

IV - comissões intergestores;

V - planos de cultura;

VI - sistemas de financiamento à cultura;

VII - sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º - Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.”

#### **ANEXO 2**

#### **DIVISÃO REGIONAL PARA FINS DE ELEIÇÃO DE DELEGADOS(AS) À 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA**

DIVISÃO REGIONAL	POPULAÇÃO
Alto Paranaíba	655.665
Central (sem RMBH)	2.086.878
Centro-Oeste de Minas	1.120.262
Jequitinhonha-Mucuri	1.002.248
Mata	2.175.254
Noroeste de Minas	366.384



Norte de Minas	1.610.587
Rio Doce	1.620.740
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH	4.882.977
Sul de Minas	2.588.814
Triângulo	1.485.500

(\*) Fonte: Dados do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

### Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 26, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 42ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/9/2013

### Presidência da Deputada Liza Prado e do Deputado Elismar Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras da Sra. Janaina Cunha Melo - Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado - Palavras da Sra. Janaina Cunha Melo - Palavras do Sr. Rubem Reis - Palavras do Sr. Aníbal Macedo - Palavras do Sr. Felipe Amado - Palavras da Sra. Marília Palhares - Palavras do Sr. Felipe Amado - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:  
Duarte Bechir - Elismar Prado - Liza Prado.

### Abertura

A presidente (deputada Liza Prado) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Destinação da Reunião

A presidente - Destina-se esta reunião à realização da III Conferência Estadual de Cultura, com o tema “Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, que é uma realização do governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, e se constitui em etapa para a III Conferência Nacional a ser realizada pelo Ministério da Cultura, em Brasília, no mês de novembro.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Bernardo da Mata Machado, secretário substituto de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, representando o Ministério; a Exma. Sra. Janaina Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura, representando a Secretaria; os Exmos. Srs. Aníbal Macedo e Rubem Reis, representantes de Belo Horizonte e das cidades do interior, respectivamente, do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais; a Exma. Sra. Marília Palhares, diretora de promoção do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG; e o Exmo. Sr. Felipe Amado, superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura da Secretaria de Estado de Cultura.

### Registro de Presença

O presidente (deputado Elismar Prado) - Bom dia. Rapidamente, gostaria de identificar os membros do conselho já que muitas pessoas nos indagaram sobre isso. Peço que os senhores e as senhoras se apresentem ao público. Quais as pessoas do Conselho Estadual de Política Cultural estão presentes? Façam o favor de se identificarem publicamente. Quem está presente? A Madalena, que está lá atrás, a Sula, o Paulo, o Túlio Mourão, o Rubem e o Aníbal, que estão na Mesa, a Grazielle e eu. Antes da continuação dos trabalhos, passarei a palavra rapidamente à Janaina, para suas considerações.

### Palavras da Sra. Janaina Cunha Melo

Bom dia, deputado. Cumprimento e registro a presença do vereador Arnaldo Godoy. Bom dia, colegas de Mesa, senhoras e senhores.

Quando a comissão organizadora estruturou essa programação, que foi pensada com muita atenção e detalhamento, nossa prioridade foi conseguir tempo suficiente para discussão das propostas nos trabalhos de grupo. Tentamos garantir esse tempo, pois achamos que é a prioridade. Optamos dessa forma para que o momento inicial do dia de hoje seja de esclarecimentos e de balanço tanto para a Secretaria de Cultura quanto para o Ministério da Cultura, em relação à política implementada até o momento, para que essa explanação sirva de subsídio para as discussões da parte da tarde. Faço este esclarecimento porque, na comissão de organização, houve o entendimento de que, se começássemos a fazer os debates para depois irmos para os grupos de trabalho, o tempo desses grupos ficaria comprometido. Estou fazendo esse esclarecimento para que todos tenham ciência do motivo de a programação estar estruturada desse modo. Obrigada.

O presidente - Com a palavra, o Sr. Bernardo Mata Machado, secretário substituto de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, que disporá de até 20 minutos para sua exposição sobre o tema “Conferência estadual de cultura, balanço e perspectivas”.



### Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado

Bom dia, delegados e delegadas da conferência estadual de Minas Gerais. Na verdade, a compreensão que tive dessa Mesa de abertura na parte da manhã foi para estabelecermos alguns parâmetros de convivência entre a lei do ICMS Cultural e o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura.

Esse tem sido, de fato, um tema de constante diálogo entre a Secretaria de Cultura de Minas Gerais e o Ministério da Cultura. A maior preocupação da secretaria é deixar bem claro para os municípios, tanto para seus gestores quanto para sua sociedade e agentes culturais, que é possível compatibilizar os mecanismos da lei do ICMS com a estrutura proposta para o Sistema Nacional de Cultura. Essa discussão e tendência, até o momento, não possibilitaram que Minas Gerais fizesse adesão imediata ao Sistema Nacional de Cultura, ou seja, a secretaria quer a tranquilidade de ambos os marcos regulatórios serem compatíveis e quer também tranquilizar os municípios.

Então, minha opção é falar um pouco a respeito dessa compatibilidade e de como o Ministério da Cultura tem respondido às dúvidas da Secretaria de Cultura e dos municípios mineiros. Essa dúvida refere-se basicamente a dois aspectos: a adequação dos conselhos de política cultural propostos pela estrutura do Sistema Nacional de Cultura, que, como disse ontem, agora é objeto de artigo na Constituição brasileira, o art. 216, “a”, ou seja, como os conselhos de política cultural podem compatibilizar-se com os de patrimônio, que, no caso de Minas Gerais, por força do ICMS Cultural, são mais de 400; e a adequação dos fundos de cultura que são propostos pelo Sistema Nacional de Cultura e também são recomendados pelo ICMS Cultural, através dos fundos do patrimônio cultural.

A secretária, em Brasília, sempre nos pergunta se é possível conciliar isso sem termos de desmontar a estrutura já criada no Estado. Precisaremos fazer nova estrutura? Precisaremos criar dois conselhos, não sendo fácil ter um? Precisaremos criar dois fundos, existindo já vários fundos municipais, alguns até vinculados à área de saúde? E, às vezes, nem contamos com pessoas nos municípios menores para ocupar essas vagas e atribuições. Essas foram as dúvidas que discutimos tanto em Brasília quanto aqui, cada um consultando sua assessoria jurídica, e chegamos a um desenho que me parece adequado, embora ainda seja necessária uma ou outra discussão aprofundada.

Em relação aos conselhos, respondemos à Secretaria de Cultura que, se os conselhos de patrimônio cultural tiverem, entre suas atribuições, a de fomentar e propor políticas culturais para os municípios, isso será suficiente para compatibilizar com a proposta do Sistema Nacional de Cultura, já que entendemos, em Brasília, que o conselho de patrimônio é um conselho setorial, para tratar de um segmento da gestão cultural e das práticas culturais, e que o conselho geral seria o Conselho de Política Cultural.

Mas - e esse “mas” é muito importante -, com fundamento no art. 216 da Constituição, entendemos também que patrimônio cultural inclui todos os modos de viver, fazer e criar dos grupos formadores da sociedade brasileira. É possível associar os modos de viver, fazer e criar. Não são todos os modos possíveis de viver, fazer e criar, são os modos de viver, fazer e criar dos grupos formadores da sociedade brasileira. Ou seja, o conceito amplo de cultura está justamente no artigo que regulamenta e define o que é patrimônio cultural e o que está incluído nesse conceito. Não é por outro motivo que o Iepha, que está representado aqui na mesa pela minha amiga Marília, pontua o cumprimento da lei do ICMS Cultural, para definir essas quotas que os municípios passam a ter direito quando investem em patrimônio. O próprio Iepha pontua a política cultural, ou seja, não pontua apenas preservação de patrimônio cultural *stricto sensu*, no sentido mais restrito da ideia de patrimônio cultural.

Então, em nosso entender, há duas opções de adaptação dos conselhos de patrimônio cultural ao marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, e uma delas é manter o conselho de patrimônio e criar um conselho paralelo de política cultural. Entendemos que essa opção é restrita a municípios grandes ou médios para cima. Belo Horizonte, por exemplo, tem um Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, importantíssimo, em que tive a honra de ter assento por mais de 15 anos. De fato ele é deliberativo; de fato, ele protege o patrimônio cultural de Belo Horizonte, e Belo Horizonte criou também seu conselho de política cultural. É o mesmo caso do Estado de Minas Gerais, que também tem seu conselho de patrimônio e seu conselho de política cultural. Essa é uma opção, mas achamos que não é a opção para a maioria dos casos. Achamos que a segunda opção é colocar nos conselhos de patrimônio cultural existentes a atribuição de formulação de políticas culturais em geral.

Alguns conselhos de patrimônio em Minas Gerais que já tive oportunidade de conhecer já têm, entre outras, a atribuição de formular políticas culturais em geral. Não sei se é a maioria, mas provavelmente não, porque são mais focados na política de patrimônio *stricto sensu*. Aí seria o caso de modificarmos um aspecto da lei, que é o artigo que trata das atribuições; mas, se formos mudar a lei, podemos também mudar o nome do conselho para conselho de política e patrimônio cultural - ou não mudar o nome e apenas acrescentar a atribuição.

O que importa para nós em Brasília são duas coisas: primeiro, que essa atribuição geral fique explícita, que o conselho tenha essa atribuição de formulação de política em geral; e, segundo, que sejam conselhos democráticos.

Entendemos por conselhos democráticos os que têm paridade entre governo e sociedade e também que tenham poder deliberativo em alguma medida, mas que não sejam exclusivamente deliberativo, porque também podem ser consultivos em alguns temas e deliberativos em outros. Uma função deliberativa que não é muito forte é a atribuição que os conselhos têm de aprovar o seu regimento interno. O nosso conselho, em Brasília, isto é, o Conselho Nacional de Política cultural tem a atribuição, por exemplo, de aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura, como o fez este ano. Existem ainda outras matérias que podem ser de natureza deliberativa ou consultiva. É importante que o conselho também seja um instrumento da sociedade e do próprio poder público, sem disputar com a função pública de fiscalização, para cuidar da boa aplicação dos recursos da cultura. Aliás, a cultura conta com um número reduzido de recursos, e queremos que, na estrutura do Sistema Nacional de Cultura, quando começar a vigorar o processo de repasses fundo a fundo, a sociedade seja capaz de acompanhar a utilização desses recursos. Sabemos como isso é importante no Brasil porque volta e meia nos deparamos com crimes contra o patrimônio público e desvios de recursos públicos, para não dizer a palavra correta, que é “corrupção”.



É impossível o poder público fiscalizar todos os recursos, e sentimos isso em Brasília. Como teremos capacidade de fiscalizar 5.564 municípios? Não temos, a não ser que transformemos todo o poder público em poder fiscalizatório, e todo o mundo virar fiscal, e ninguém mais formular política. Então, é fundamental que a sociedade brasileira tenha essa atribuição, o poder de acompanhar e fiscalizar o uso dos recursos públicos.

Agora gostaria de abordar o assunto do fundo. Para nós, é possível adequar esse assunto perfeitamente, desde que haja uma pequena alteração na lei que criou o fundo, que dê a ele a atribuição de fomentar as ações culturais dos municípios. Assim, ao mesmo tempo, ele poderá ser um fundo de cultura e um fundo de patrimônio cultural. Uma transição como essa - acredito - será um assunto a ser tratado pelo Felipe, faz parte da seara jurídica, ou melhor, das técnicas jurídicas necessárias a esse tipo de adaptação. Nesse caso, talvez seja necessário que o fundo tenha duas contas, mas não sei.

Em relação ao Sistema Nacional de Cultura, mais precisamente à forma como é entendido em Brasília, o importante é que esses fundos sejam claramente definidos em suas leis, porque são aptos a receber repasses de recursos da União e dos estados. É preciso que esteja escrito na lei de criação do fundo, em um artigo que fala das fontes de financiamento do fundo, a possibilidade de haver repasse de recursos de fundos federais e estaduais.

Digo isso porque está em tramitação no Congresso Nacional - vocês estão acompanhando - a lei do Procultura, uma substituição da atual Lei Rouanet. Volta e meia, o relator faz alterações nessa lei do Procultura, dependendo das pressões que recebe. Aliás, está havendo muitas pressões no Congresso Nacional para a alteração da Lei Rouanet. Cada um puxa para um lado, há interesses vários. É importante que vocês acompanhem isso como gestores ou sociedade civil. Há nela o Capítulo III, Do Financiamento do Sistema Nacional de Cultura, em que consta que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura serão transferidos para estados e municípios, desde que eles tenham conselhos democraticamente eleitos e fundos.

Estava dito também plano de cultura. Na última versão que vi, tinha caído esse dispositivo que tornava também obrigatória a existência de plano de cultura, o que me parece lamentável. Nós, no Ministério, estamos discutindo isso com o relator, para que retome esse dispositivo da obrigatoriedade de existirem planos. Para nós a grande diferença entre o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Único de Saúde ou o Sistema Único de Assistência Social - Suas - é que não queremos ter uma política federal em que estados e municípios fazem adesão e recebem recursos conforme o cumprimento daquela política verticalizada e colocada no plano nacional. Entendemos que o que diferencia o Sistema Nacional de Cultura é o atendimento à diversidade cultural brasileira, que é - e não temos dúvida disto - o princípio básico de todos os artigos da cultura que estão na Constituição Brasileira e tratam da proteção e da promoção da diversidade cultural. A promoção da diversidade cultural brasileira deve estar expressa nos planos municipais e estaduais, ou seja, são esses planos que refletirão a cara da cultura local. Sabemos - e essa é a grande riqueza da cultura - que cada cara é diferente, cada lugar é diferente, cada município é diferente, cada região é diferente, cada estado é diferente. Então, a possibilidade de se repassarem recursos deve evidentemente ter algum alinhamento com o Plano Nacional de Cultura; por isso, esse plano é tão aberto. Ele deve ter também propostas e ações próprias que garantirão a promoção da diversidade cultural local e regional. Se demonstrarem que está no plano municipal ou no plano estadual uma ação que fomenta uma característica específica de um lugar, ela terá, em nosso entender, motivo para receber transferência de recursos, pois promoverá a diversidade cultural.

Faltam 18 segundos para eu terminar. Aqui há um relógio. Vou terminar em 13 segundos, lembrando apenas o seguinte: a Constituição de 1988 deu autonomia aos municípios brasileiros. Essa foi uma grande conquista dos municípios brasileiros na Constituição. Então, independentemente da adesão do estado ao Sistema Nacional de Cultura, os municípios podem assinar convênios diretamente com o governo federal. Obrigada.

O presidente - Obrigado, Bernardo. Com a palavra, a Sra. Janaína Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, que disporá de até 20 minutos para fazer a sua exposição sobre o mesmo tema.

### **Palavras da Sra. Janaína Cunha Melo**

Bom dia. Assumimos o compromisso de apresentar um balanço das ações executadas, para que sirva de subsídio para nossas reflexões no grupo de trabalho, pois a comissão organizadora julgou ser isso muito importante.

Deputado, tentarei fazer essa apresentação em 20 minutos. Apresentarei o desdobramento de toda a nossa política de estado de cultura nas diferentes unidades do sistema estadual. O primeiro esclarecimento que gostaria de fazer é o seguinte: a Secretaria de Cultura atua por meio do seu Sistema Estadual de Cultura, que agrega pelo menos oito superintendências e quatro unidades de administração indireta. É importante esclarecer isso para que tenham um espectro da dimensão da atuação da nossa secretaria.

Com base nas demandas das propostas consolidadas na II Conferência Estadual de Cultura e também em referência à I Conferência Estadual de Cultura, esta gestão estabeleceu algumas prioridades. Isso foi feito com base nas diretrizes da II Conferência Estadual de Cultura e em outros entendimentos do ponto de vista da política pública.

A prioridades são as seguintes: aprimoramento dos programas de incentivo e fomento; descentralização das ações culturais; ampliação do acesso à cultura; incremento da programação artística e cultural; apoio à circulação de bens e serviços culturais; otimização dos mecanismos de escuta da sociedade civil e dos segmentos; criação de equipamentos e qualificação dos existentes; estímulo ao desenvolvimento da economia criativa; preservação e difusão do patrimônio; fortalecimento da gestão ao sistema estadual; estímulo à formação e capacitação do setor cultural; e estímulo à pesquisa, experimentação e internacionalização.

Agora explicarei como isso é feito. A secretaria está executando um grande programa de descentralização, o Minas Território da Cultura. Até agora foram executados 297 dias de programação, foram atendidas seis macrorregiões e 48 microrregiões, foram ofertadas 1.211 programações e beneficiados 277 municípios. Isso aconteceu até o momento da execução desse programa. Muitos dos presentes já receberam ações em seus municípios. Lembro-me de alguns que receberam ações da Superintendência de Ação Cultural.

Os eixos do programa Minas Território da Cultura são: Dinâmicas Territoriais, que são as ações de capacitação; Território do Saber, que são as ações de reflexão e discussão da política pública; e Territórios Criativos, que são as oportunidades de fruição da produção cultural.



Como 20 minutos é um tempo muito reduzido, falarei bem rapidamente, lembrando que isso é apenas uma síntese do trabalho. Do ponto de vista da descentralização, há também a atuação dos Núcleos Regionais de Cultura, que são cinco. Há núcleos em Governador Valadares, Uberlândia, Pouso Alegre, São João del-Rei e Araçuaí. Há expectativa de abertura de novos núcleos. Os diretores dos núcleos regionais participaram de 18 reuniões das Comissões Regionais e Setoriais de Cultura no Estado, em rede.

Em relação à interiorização, os cinco núcleos prestaram 493 atendimentos presenciais a municípios mineiros durante esse período. O Fórum Permanente das Microrregiões, instituído este ano, é uma instância de interlocução do poder público com a sociedade civil nas regiões. Entre as ações de descentralização, estão também em andamento na Secretaria de Cultura mais de 460 articuladores de cultura cadastrados no Estado. De junho de 2012 até hoje foram realizadas 10 reuniões do Fórum Mineiro de Festivais de Cultura e o primeiro encontro dos gestores estaduais e secretários de Cultura nas cinco macrorregiões-sedes dos núcleos, em 2011, e as suas evolutivas, em 2012.

Em relação aos Pontos de Cultura, há 45 na região central, 13 nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, 11 na Zona da Mata, 8 no Triângulo, 7 no Norte de Minas, 6 no Noroeste de Minas, 5 no Sul de Minas, 2 no Centro-Oeste de Minas, 2 no Rio Doce e 1 no Alto Paranaíba.

Realizamos nesse contexto a Teia, em 2011, grande encontro de articulação. Apoio para a participação no 44º Festival de Inverno da UFMG, em 2012. Realização de cinco encontros regionais de pontos de cultura em cinco macrorregiões: Zona da Mata, Triângulo, Sul de Minas, Central. Apoio na realização do V Fórum dos Pontos de Cultura, em 2013.

Vou apresentar rapidamente algumas entregas relativas ao Circuito Cultural Praça da Liberdade, que é o maior complexo cultural do País, com nove espaços e museus em funcionamento e mais seis em implantação: Museu Mineiro, que foi incorporado ao circuito em 2011 e reaberto em 2012. Centro de Arte Popular - Cemig, que foi inaugurado em abril de 2012. Coreto da Praça da Liberdade, obra que foi concluída em maio de 2013. Palácio da Liberdade, a Museografia do Palácio foi inaugurada em julho de 2013. Centro Cultural Banco do Brasil, que foi inaugurado em agosto de 2013. Café do Museu Mineiro, obra de reparo concluída em junho de 2013: a inauguração será em dezembro de 2013. Centro de Informação ao Visitante - prédio Rainha da Sucata, que será inaugurado em março de 2014. Museu Mineiro - reforma e implantação do Ateliê Coletivo e Galeria de Arte: a conclusão da obra está prevista para dezembro de 2014. Museu Mineiro - restauração do forro da sala de sessões: a conclusão da obra está prevista para dezembro de 2014. Reforma do anexo da biblioteca: a conclusão da obra também está prevista para dezembro de 2014.

Aí estão relacionadas várias outras entregas relativas ao Circuito Cultural Praça da Liberdade. Vou passar por elas rapidamente em função do tempo de que ainda disponho. Nas obras de infraestrutura, gostaria de citar a ampliação da potência da Rádio Inconfidência; o Parque Municipal - espaço multiuso do Parque Américo Renné Giannetti, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Aí temos uma síntese das entregas relativas à infraestrutura.

Deputado, gostaria de esclarecer que os valores informados ontem dizem respeito ao investimento em infraestrutura, que fazem parte de um contexto de investimentos da secretaria. A atuação da secretaria não está reduzida àqueles dados que foram apresentados ontem.

O ICMS Cultural é uma política pública estruturante para a proteção e difusão do patrimônio material e imaterial. O representante do Iepha vai abordar mais esse tema. Então, vou apenas passar por ele em função do tempo que me resta. O Minas Patrimônio Vivo é um programa de recuperação de igrejas, casarões, fazendas e prédios tombados pelo Iepha em diversas regiões do Estado, que visa garantir a integridade física e o valor cultural dos bens.

Restauração de elementos artísticos: 14 esculturas de 9 municípios; elaboração de 19 projetos de 13 municípios; 13 obras e intervenções em 9 municípios. Projeto Informar: criar um banco de dados sobre o patrimônio mineiro. Projeto Educar: voltado para a capacitação de professores e agentes culturais.

Jornada Mineira do Patrimônio Cultural é uma iniciativa sem precedentes no Brasil, com centenas de ações de preservação disseminadas por praticamente todo o território mineiro, com adesão espontânea de aproximadamente 600 municípios e instituições culturais. No contexto do Minas Patrimônio Vivo foram feitas várias entregas, que não vou relacionar em razão do tempo.

A Lei de Incentivo à Cultura é o nosso principal mecanismo, que denominamos universal porque engloba todas as áreas. É um mecanismo de apoio a projetos artísticos e culturais que tem como base o ICMS. Em maio de 2013, foi aprovada a alteração na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, reduzindo o percentual da contrapartida exigida das empresas interessadas em apoiar os projetos culturais aprovados na Leic. Foi uma gestão pleiteada há muitos anos. Acreditamos que vai possibilitar o aumento do desempenho de captação.

Em 2011, o valor captado foi R\$60.000.000,00; 2012, R\$64.000.000,00; 2013, até o momento, R\$55.000.000,00. Projetos captados: 2011, 377; 2012, 429; 2013, até o momento, 345. Esses projetos abarcam não só a capital, mas também cidades do interior. No contexto da Lei de Incentivo à Cultura, estimulam-se projetos culturais desde 1998, num montante de R\$515.000.000,00 nas mais diversas áreas, gerando mais de 100 mil postos de trabalho. Desde a sua criação, foram aprovados mais de 13 mil projetos e existem cerca de mil empresas financiadoras de projetos culturais por meio de lei.

O Fundo Estadual de Cultura é outro instrumento importante. Acredito que boa parte de vocês já o conhece. Registro que ele tem uma reserva de 86% dos projetos aprovados destinados ao interior, ou seja, obrigatoriamente 86% dos projetos aprovados pelo fundo estadual são do interior. Em 2012, 716 projetos foram aprovados e, em 2013, 727. Falarei sobre alguns programas e editais.

Um deles é o Cena Minas, que se destina especificamente a teatro, dança e circo. Em 2010, em sua 4ª edição, 35 projetos foram aprovados em 17 cidades mineiras; na sua 5ª edição, 45 projetos aprovados em 18 cidades mineiras; na sua 4ª edição, houve um aporte de R\$1.110.000,00 na distribuição de prêmios; na sua 5ª edição, R\$1.335.000,00; e temos a previsão de lançamento da próxima edição em outubro de 2013, atendendo às expectativas do fórum permanente de avaliação do prêmio, que é outra importante base de avaliação de escuta da Secretaria de Cultura, com aumento do número e do valor dos prêmios. No programa Música Minas, tivemos no período um aporte de R\$3.315.000,00; mais de 800 artistas foram contemplados entre músicos, produtores e artistas nos editais, que têm circulação estadual, nacional, internacional e de intercâmbio.

Entre as principais metas para 2013, além da preservação desses editais, está a ampliação do fortalecimento das ações de descentralização no interior. Em todo o interior, num total de 30 municípios, realizamos painéis para esclarecer o programa e ler editais.

A abertura da sede no Santa Efigênia está bem-encaminhada e também a criação do edital rodoviário, que - acreditamos - possibilitará o atendimento a uma demanda muito recorrente, sobretudo, de grupos da cultura popular que são convidados para eventos, festividades, encontros, às vezes em municípios próximos, mas não conseguem viabilizar o deslocamento. Esse edital rodoviário vem para atender a essa demanda em algum nível.

Outro programa é o Filme em Minas. Na sua 5ª edição, foram contemplados 32 projetos com o aporte de R\$4.500.000,00, e, na 6ª, 31 projetos com o aporte de R\$4.500.000,00. Este ano, to governador Antonio Anastasia se comprometeu a realizar um novo edital, no ano que vem, para o programa Filme em Minas, considerando-se a demanda da classe por aumento de aporte no segmento. Após várias reuniões, articulações, viabilizou-se esse encontro com o governador, e ele se comprometeu a realizar mais uma edição do edital ano que vem. Esse é um dado muito importante, porque o edital acontece a cada dois anos. Este ano já houve, mas no ano que vem teremos mais um.

Temos o Bandas de Minas voltado essencialmente para o interior. Podemos dizer que 95% das bandas contempladas são do interior do Estado. Nesse período, houve um aporte de R\$1.800.000,00 em três anos de execução do programa, incluindo-se a doação de instrumentos musicais, pois temos conhecimento de que essa é a principal necessidade dos grupos.

Além disso, temos feito editais complementares, entre eles o de investimentos, atendendo também a demandas apresentadas pelo grupos. Existe o Prêmio Governo de Minas de Literatura, e ali estão alguns desempenhos do Arquivo Público Mineiro que registram o aumento de acesso ao sistema integrado. Aqui também estão alguns dados da Superintendência de Bibliotecas. Vou citar o atendimento presencial, com 1.000.065 pessoas, e o atendimento virtual, com 1.804.777. Nosso carro-biblioteca atendeu 19.062 pessoas e realizou 39.857 empréstimos na RMBH. Em relação ao suplemento literário, há algumas entregas, como as edições regulares, que ocorrem ao longo do ano, e as edições especiais.

Em relação à Fundação Clóvis Salgado, gostaria de destacar a temporada de óperas como *Nabuco*, *La bohème*, *Madame Butterfly*; a série sinfônica *Pop*, sucesso absoluto, numa área de transversalidade entre o popular e o erudito, a música sinfônica e a popular; as séries *Concertos no Parque*, *Sinfônica no Museu*, *Concertos na Cidade*, *Aulas Abertas* e *Quintas da Dança*. No Cine Humberto Mauro, houve a apresentação de mostras muito significativas e elogiadas internacionalmente, além da programação do festival de curtas e da realização de mostras temáticas e da exibição de filmes de arte.

Além disso, executamos o Noite Branca, um grande festival. Foi a primeira realização na América Latina desse projeto, que reuniu mais de 100 mil pessoas no Parque Municipal. Muitos de vocês devem ter passado por lá em algum momento da programação. Mais de 70 artistas se apresentaram lá. Temos a previsão de realizar nova edição do Noite Branca no próximo ano.

Em 2012, a Rádio Inconfidência iniciou um marco importante em sua história, com o aumento da potência irradiada do transmissor de FM, que passará dos atuais 10kW para 30kW, e a ativação da nova potência, que se dará no último trimestre de 2013. A Rádio Inconfidência AM, com sua potência irradiada, leva a sua programação à totalidade dos municípios do Estado - esse dado é muito importante -, além de apoiar a difundir a música mineira e a produzida em Minas Gerais e ter algumas ações transversais, como o programa *Música Minas*.

A Rede Minas exhibe mais de 30 programas de produção própria em diversos segmentos, incluindo cultura, cinema, esporte, variedades e debates. A Rede Minas foi a emissora pública estadual com maior presença na rede nacional de emissoras públicas. Está sendo realizada uma parceria com a Fapemig para a digitalização de todo o acervo da TV, a construção da sede própria, a estruturação da TV. Em junho deste ano foi sancionada pelo governador a Lei nº 20.710, que criou a sua nova estrutura. No final de agosto foi publicado o edital para a realização de concurso público.

A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais recebeu o Prêmio Carlos Gomes de melhor orquestra brasileira do ano passado. Contando as apresentações locais, regionais, nacionais e internacionais, a filarmônica atendeu público superior a 200 mil pessoas nesse período de que estamos tratando. Desde a sua criação, mais de 400 mil pessoas assistiram a suas apresentações. Gostaria de ressaltar que a orquestra filarmônica se apresentou 26 vezes no interior do Estado.

Em relação à Fundação de Arte de Ouro Preto, vale esclarecer que essa fundação possui eixo de capacitação muito relevante. É muito importante para nós constatar que 90,4% dos seus ex-alunos estão inseridos no mercado de trabalho. A fundação trabalhou na restauração de 1.356 peças e demais entregas, das quais não teremos tempo para falar.

O Plug Minas é o nosso principal eixo de cultura digital e de relacionamento com a juventude. Mais de 40 mil pessoas foram atendidas em atividades culturais, com ampliação do relacionamento e reconhecimento junto ao público externo e à comunidade. Dos inúmeros dados do Plug Minas, gostaria de falar dos beneficiados pelos núcleos de arte digital e cultura de mídia. Em 2011 foram 3.299 pessoas atendidas, com aumento em 2012. Em 2013, houve aferição até o momento de 1.338 pessoas, num total de 8.841.

Também queria falar um pouco das ações de estímulo à economia criativa. Há alguns programas, como o *Criativa birô*, cujo objetivo é fortalecer e desenvolver a economia criativa em Minas Gerais por meio de suporte técnico a profissionais e empreendedores criativos, a partir da oferta de serviços. Esse programa está sendo concebido e desenvolvido mediante uma assinatura de convênio com o Ministério da Cultura, no valor de R\$1.500.000,00. Esse recurso será usado para a implantação do Criativa Birô no Palácio das Artes. A sua sede física será no Palácio das Artes, e a previsão de conclusão é junho de 2014.

Houve a criação do Conselho Estadual de Política Cultural por meio de lei delegada. É um órgão colegiado paritário, de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior à Secretaria de Estado de Cultura. Sem ele, diria que boa parte desta conferência não estaria acontecendo ou não teríamos a amplitude de hoje. Em reunião extraordinária, em março, a plenária do Consec aprovou seu regimento interno e elegeu as câmaras temáticas. Cada câmara será composta por pelo menos quatro conselheiros.



O Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - Conep - foi instalado em abril de 2008 e é presidido pela secretária. Ele é subordinado à Secretaria de Estado de Cultura e delibera sobre diretrizes, políticas e outras medidas relativas à defesa e à preservação do patrimônio. E o Conselho Estadual de Arquivos integra a área de competência da Secretaria de Estado de Cultura por subordinação administrativa, segundo lei delegada. Ele também tem caráter deliberativo, e a sua finalidade é a coordenação da política estadual de arquivos, estabelecer normas técnicas de organização e funcionamento dos arquivos públicos estaduais.

Essa é uma síntese do que tem sido trabalhado desde 2011. Tenho muita satisfação em compartilhar tudo isso com vocês. Inclusive do ponto de vista do esforço, do diálogo e do aprimoramento permanentes, mediante consulta pública por diferentes instâncias, temos logrado muito êxito. O Cena Minas é um exemplo disso; o Música Minas também é um exemplo da efetividade desse relacionamento com a sociedade civil na construção e no aprimoramento das políticas públicas.

Por tudo isso, consideramos este momento muito importante. Gostaria de reforçar que a Secretaria de Estado de Cultura está à disposição para continuar o aprimoramento das nossas políticas. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Janaína. Quero registrar que, como relator da nova lei de incentivo à cultura do Estado, recebemos uma proposta do Rubem que foi discutida com os representantes do interior. Assim, nós a apresentamos, mas, infelizmente, fomos derrotados. A sua proposta era a redução dos percentuais da contrapartida das empresas para o patrocínio dos projetos, e apresentamos uma emenda para que essa redução fosse ainda maior para o interior, diante das dificuldades que todo município tem em relação à captação de recursos. Temos praticamente todos os projetos aprovados, mas, infelizmente, quando se vai a campo captar recursos, é um sofrimento. Percebemos que os produtores do interior estão sofrendo muito com isso. Apresentamos o substitutivo, a emenda, mas ela foi derrotada. Estou falando isso simplesmente para prestar conta e dar satisfação da reivindicação que o Rubem encaminhou à comissão. Com a palavra, o Sr. Rubem Reis, representante das cidades do interior no Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, que disporá de até 10 minutos para fazer a sua exposição sobre o tema.

### **Palavras do Sr. Rubem Reis**

Obrigado. Vou falar assentado, porque quero ser muito rápido mesmo, pois já estamos com o horário adiantado. Quero começar cumprimentando o Carluty, presidente do Movimento Teatro de Grupo, que é a associação que me indicou para o conselho. Estendo, por meio da sua pessoa, o meu cumprimento a todos os congressistas.

Tenho me dedicado muito, e até digo que é um mantra meu pensar a cultura como fator de desenvolvimento humano, social e econômico. Sei que existem várias propostas. Estávamos comentando que o nosso grupo de trabalho enfrentará um problema muito grande para retirar apenas oito propostas entre as mais de 180, em apenas 4 horas para se resolver tudo isso. Acredito que todas essas 180 e as propostas dos outros grupos de trabalho apontam para esse objetivo de colocar a cultura como fator de desenvolvimento. Mas teremos de priorizá-las. Nossa tarefa será priorizar, e precisaremos de muita sabedoria para isso.

Baseado em meu ponto de vista, pelo lugar que ocupo neste contexto, eu, Rubem, que represento um grupo, represento pessoas de determinado território e de determinado segmento da cultura, elegi duas prioridades. A primeira foi citada há pouco pelo deputado Elismar Prado, que é a interiorização. Trabalho há mais de 10 anos focado na questão de política pública e há mais de 10 anos ouço falar na palavra interiorização. Mas paramos aqui. Ouço falar em interiorização, mas, concretamente, avançou-se muito pouco. Não dá para dizer que não avançamos, mas, em relação à demanda, ao tempo, o avanço é pífio. Essa interiorização não será concretizada, se não atacarmos a segunda prioridade que elegi. Confesso a vocês que minha frustração será enorme, será muito grande, se terminar meu mandato no conselho, olhar para trás e perceber que não avançamos nada, porque neste primeiro ano, não avançamos nada nessa segunda prioridade que compartilharei com vocês, que é a questão do Fundo Estadual de Cultura. Precisamos de um fundo que, no mínimo, nos próximos dois anos, chegue ao patamar que a captação da lei de incentivo já chegou. Para este ano, estão previstos R\$73.000.000,00 para captar pela lei de incentivo e temos R\$10.000.000,00. O que foi passado aqui dos R\$550.000.000,00 é a história de captação no incentivo fiscal, e não chegamos nem a 10% disso, pois nem R\$50.000.000,00 foram distribuídos para o fundo. Vejo esse fundo como objetivo estratégico, como superobjetivo para todos nós aqui, que é essa pauta, a construção de um fundo de verdade para o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Rubem. Com a palavra, o Sr. Aníbal Macedo, representante de Belo Horizonte no Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, que disporá de até 10 minutos para a exposição sobre o tema "Conferência Estadual de Cultura: balanço e perspectivas".

### **Palavras do Sr. Aníbal Macedo**

Bom dia. Na pessoa do deputado Elismar Prado, cumprimento todos da Mesa. Quero dar as boas-vindas a vocês, pois é muito interessante olhar aqui e ver pessoas de todo canto, que já vimos em reuniões realizadas no interior, e outras que conhecemos de outros trabalhos que temos realizado. Muitos dizem que Minas são muitas, e essas muitas Minas se encontram aqui, hoje. Para nós, isso é muito bacana. Nossa missão no Conselho Estadual de Cultura é representar todas essas Minas. Mas não temos como fazer isso se não houver participação efetiva de vocês, se não conseguirmos ouvir as representações das diversas cidades e regiões do Estado e do País.

Eu já queria começar dizendo que precisamos - e é uma das questões apresentadas no Consec - regulamentar os fóruns consultivos do interior. Essa questão foi tratada na nossa última reunião, e agora podemos discuti-la entre nós a fim de levarmos ao conselho alguma ideia nesse sentido. Aliás, deixo para todos nós o desafio de começarmos a pensar como serão esses conselhos.

A questão da interiorização, mencionada pelo Rubem, é muitíssimo importante. Tenho circulado pelo Sul de Minas e não encontro mineiros lá; encontro mineiristas, porque eles se reportam muito mais a São Paulo que a Belo Horizonte. Se formos trabalhar nesse aspecto, quantos mineiros somos? O Sul é mineirista, o Triângulo vai para todos os lados - Brasília, Goiás, São Paulo. E aí podemos fazer essa divisão no Estado de Minas Gerais, que nos deixa meio tristes, mas continuamos acreditando que Minas são muitas, e todos nós temos esse sentimento de mineiridade.



Quanto à nossa tarefa aqui, vou tentar ser breve nos pontos que escolhi, porque temos muito trabalho pela frente. Precisamos trabalhar com propostas concretas, mas tendo em vista o seguinte princípio, que discuti hoje de manhã: esqueçamos, por favor, bandeiras partidárias; esqueçamos, por favor, divisões internas dentro da cultura. A cultura só será valorizada, como disse o Rubem, como um segmento econômico que visa ao desenvolvimento social e humano a partir do momento em que soubermos trabalhar juntos. Como o dinheiro é pouco, como o financiamento é curto, em alguns momentos estamos nos dividindo para dividir um bolo que praticamente não tem fermento. Nesse aspecto, precisamos, primeiro, organizar o segmento cultural. Precisamos, sim, organizar nossos planos norteadores de cultura. Parece petulante da minha parte falar que concordo com o Bernardo, mas estou de acordo com ele. Como falar em investimento e dinheiro para fundos de cultura se não temos planos norteadores de cultura nos municípios? Aliás, municípios que muitas vezes insistem em achar que cultura é simplesmente “aquele pessoal que quer fazer alguma coisa e está me enchendo o saco”.

Precisamos nos organizar e fundamentar politicamente nosso trabalho na área de cultura. Sem valorização do segmento cultural não há valorização humana do desenvolvimento econômico. Temos de ter esse aspecto em mente, lembrando que vai partir de nós essa valorização. Se não acreditarmos nisso e ficarmos achando que precisamos de dinheiro para fazer entretenimento e lazer, nem nós mesmos vamos acreditar nos nossos discursos.

Integro o grupo técnico do conselho. Eu e Rubem fazemos parte do grupo de trabalho de fomento e financiamento. Depois da conferência vamos convocar um seminário ou ciclo técnico de debate para conversarmos melhor com os representantes do Estado. Volto a frisar: precisamos de vocês para trabalharmos mais a questão do financiamento da cultura. Não podemos ficar simplesmente escravos de fundos e de leis de incentivo, que priorizam a cultura do espetáculo e o *marketing* de renúncia fiscal e não dão prioridade à nossa ação cultural.

São muitos os casos que se sucedem, de balcões de negócios que são estabelecidos a partir de aprovação de projetos na lei estadual, de projetos na Lei Rouanet. Vocês sabem que temos um problema seriíssimo de pessoas que atravessam recurso, de pessoas que não estão interessadas em fomento cultural, não estão interessadas em desenvolvimento artístico, não estão interessadas que consigamos recursos para trabalhar onde for preciso. Nesse aspecto, precisamos nos organizar melhor, até para denunciar. Mas como denunciar se muitas vezes os artistas, os produtores dependem de entrar numa situação dessa até mesmo para sobreviver? Precisamos acabar com isso, mas temos de ter atitudes concretas e propostas palpáveis. Para isso, precisamos nos capacitar para que nosso discurso não se perca no vazio. E aí vem o desafio de como nos capacitar para desenvolver nosso trabalho. Afinas de contas, aqui existem representantes do setor cultural e gestores da cultura dos municípios de onde vieram. Sem capacitação, não vamos andar nesse aspecto.

São várias questões, mas, resumindo, não há qualquer mudança que faça funcionar a cultura se não focarmos direitos e deveres, que têm de ser respeitados. Não pode haver, dentro da gestão da cultura, portarias e instruções normativas, como as que se sucedem a níveis federal, estadual ou municipal, que prejudiquem planejamentos. Regras precisam ser respeitadas para que possamos nos organizar. Há anos nos cobram profissionalismo, mas há anos não nos dão o direito de planejar, porque a própria legislação vem e volta, porque somos neófitos nesse aspecto. A cultura é nova, nossos conselhos são novos. Então, precisamos cobrar, também, os deveres do poder público. Mas não se iludam, porque nós podemos ousar, podemos discutir, podemos brigar. Cabe ao poder público impor seus limites quando for preciso, mas, como diria Mário Covas, nos deem um “não” sincero, mas nunca nos deem um “sim” demagógico. Só a partir do “sim” e do “não” reais é que poderemos trabalhar planejamento.

Encerrando, vou citar o caso de Pirapora - não sei se tem representação aqui -, onde estamos há 18 meses com o projeto de reforma do vapor Benjamim Guimarães em análise. A regra é para três meses. Provavelmente o projeto não será aprovado porque não aceitaram o parecer técnico de um engenheiro naval. Esse é um problema que existe para nós e existe no poder público, porque falta gente. No momento em que vamos discutir a gestão da cultura, precisamos também compreender que não se faz cultura sem o artista. Mas não se faz gestão de cultura sem pessoal capacitado, treinado e bem-remunerado também nos órgãos gestores de cultura. Já fui a vários municípios onde pessoas que trabalham em entidades ligadas à cultura são pessoas apadrinhadas, que simplesmente precisavam de cargos e estão ali para ganhar salários. Aonde vamos vemos situações como essa.

Deixo um pedido: vamos trabalhar juntos, vamos esquecer bandeiras partidárias, vamos propor ações concretas, mas, mais que isso, vamos nos unir, vamos trocar informações e vamos nos fortalecer como uma grande rede de proteção do patrimônio cultural deste Estado. Só assim poderemos, algum dia, colher algum fruto. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Aníbal. Temos mais dois expositores, o Sr. Felipe Amado, superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, e a Sra. Marília Palhares, diretora de promoção do Iepha de Minas Gerais, que combinaram entre si dividir o tempo para a exposição do tema “Conciliação da política de ICMS ao Sistema Nacional de Cultura”. Com a palavra, o Sr. Felipe Amado.

### **Palavras do Sr. Felipe Amado**

Bom dia a todos. Bom dia, deputado; bom dia, demais componentes da Mesa; bom dia, delegados presentes nesta conferência estadual de cultura. Vamos tentar ser breves em relação ao que o Bernardo já introduziu em sua fala, que é a adequação e a compatibilização entre o Sistema Nacional de Cultura e a legislação do ICMS de patrimônio cultural. Gostaria de fazer alguns destaques antes de entrar diretamente no tema. O nosso objetivo é passar os itens dessa compatibilização, mas queria fazer alguns destaques primeiramente.

O Estado está efetivamente em vias de assinar um acordo com o Ministério da Cultura para adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Estamos apenas fazendo alguns ajustes. Como o Bernardo disse, estamos em constante diálogo, que foi inclusive intensificado neste ano, para fazermos os ajustes na realidade do Estado de Minas Gerais para adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Esses ajustes, como ele expôs, são feitos de acordo com especificidades que são, inclusive, previstas no Sistema Nacional. Cada estado tem a sua especificidade; cada município tem a sua especificidade. Estamos em constante diálogo para que tenhamos um discurso em



consonância com o do Sistema Nacional de Cultura. Entre esses ajustes, está a questão do ICMS Cultural, mas o Estado já está em vias de fazer a formalização. Serão necessários alguns ajustes na legislação estadual para adequá-la ao Sistema Nacional de Cultura.

Destaco que o Estado já possui o Conselho de Política Cultural, o Fundo Estadual de Cultura, entre outras exigências, mas alguns ajustes serão necessários, porque foram criados, em sua maioria, antes das diretrizes do sistema como um todo. É importante destacar isso. O nosso diálogo com o Ministério da Cultura é nesse sentido, é para verificarmos o que precisa ser mudado, alterado. A partir da formalização do acordo, é previsto um prazo para que façamos as adequações que serão encaminhadas a esta Casa, à Assembleia Legislativa, para editar, por meio de lei, as alterações necessárias. Gostaria de fazer esse destaque para dizer que o governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Estadual de Cultura, tem total interesse na adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Isso será feito em breve. Faltam apenas algumas questões de formalização.

Voltando ao objetivo da minha fala, apresentarei para os municípios essa compatibilização das regras que são apresentadas pelo Sistema Nacional de Cultura e as que são apresentadas pela legislação e pelas deliberações referentes ao ICMS Cultural. Vamos dividir a fala em dois pontos: a Marília vai falar sobre o primeiro, que são as regras que vão reger o conselho municipal de patrimônio e políticas culturais - esse nome é uma sugestão, como disse o Bernardo, pois não há uma exigência muito clara sobre a nomenclatura, que pode ser discutida e revista. A Marília vai falar sobre o conselho, e eu retorno para falar sobre o fundo municipal de patrimônio e cultura.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

### **Palavras da Sra. Marília Palhares**

Cumprimento todos na pessoa do meu amigo Bernardo Mata Machado. Parece até que combinamos, porque ele deu todo o embasamento teórico para essa compatibilização, enquanto o meu papel é dar uma objetividade e mostrar aos municípios como devem trabalhar, para que não percamos a oportunidade de adesão ao Sistema Nacional de Cultura e não deixemos o patrimônio cultural ser superado, na medida em que também continua muito carente. O patrimônio gera receita, mas o ICMS Cultural acaba sendo utilizado para outras despesas. Temos de fortalecer e conservar o nosso patrimônio cultural porque é ele que representa nossa identidade.

Vou falar sobre o conselho, e, depois, o Felipe falará sobre o fundo. São situações diferentes. Em relação ao conselho, o Iepha já está orientando os municípios que, para aderirem, quiserem simplificar sua atuação, na medida em que sabemos que é difícil montar dois conselhos em cidades menores, onde a disponibilidade de voluntários é reduzida. Estamos orientando, e essa orientação independe de mudanças no Conep, na medida em que o conselho não é uma pontuação tão específica na Lei nº 18.030.

O que seria essa compatibilização, a transformação desse conselho municipal de patrimônio cultural num conselho de políticas culturais e que também trabalhe com patrimônio? O Sistema Nacional de Cultura, como mostra o quadro à esquerda, já define que a composição tem de ser paritária, com uma representação mínima de 50% dos representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente. É recomendável que sejam contempladas as diversas áreas artísticas e culturais, considerando-se as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério regional na sua composição.

No ICMS Cultural, consideramos que é necessário, para que haja um conselho com essa dupla abrangência, que seja acatado definir o Sistema Nacional de Cultura, mas também a criação de câmaras temáticas para que cuidem de cada segmento da cultura, que uma delas seja voltada para o patrimônio cultural, que seria uma câmara parecerista levada para o plenário do conselho, que votaria e deliberaria sobre o assunto. No nosso entendimento, embora não façamos nenhuma exigência sobre a representação e a eleição democrática, achamos que isso será um avanço em relação ao que estamos preconizando no ICMS, o critério do patrimônio cultural, já que muitas vezes as representações se repetem e essa mobilidade de representações sempre oxigena as ideias e é sempre um grande avanço.

Na composição do Sistema Nacional de Cultura, à esquerda, os representantes deverão ser eleitos democraticamente, como já disse, e os mandatos não deverão coincidir com o mandato dos governantes do Poder Executivo. Isso, no nosso entendimento, é um grande avanço também, na medida em que muitas vezes os conselhos param de funcionar, aguardando a posse do Executivo. Existe aí um certo descompasso de continuidade, e sabemos que, na administração pública, a continuidade é fundamental.

O mandato dos conselheiros deverá ser de até dois anos, podendo ser renovado uma vez por igual período. O ICMS Cultural nunca definiu essas coisas, respeitando, como disse o Bernardo, o avanço da Constituição de 1988, que define autonomia plena dos municípios. Essa determinação do Sistema Nacional de Cultura será um grande avanço. A nossa experiência mostra isso.

Na representação do poder público, é recomendável assegurar a presença de representantes de outras áreas, em especial da educação, da comunicação, de ciência e tecnologia, do planejamento, do desenvolvimento econômico, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança. Consideramos que essa compatibilização é um grande avanço, na medida em que a visão do patrimônio cultural não pode ser fragmentada e deve estar imbuída dessa visão sistêmica. Temos tentado reiteradamente levar a visão da proteção - agregada à legislação urbanística, que também tem uma visão de proteção - para a questão da paisagem urbana.

A temática da organização e da estrutura é preconizada pelo Sistema Nacional de Cultura. A criação é feita por meio de lei do conselho. A organização em normas de funcionamento deverá ser definida em regimento próprio, aprovado pelo respectivo conselho. No caso do nosso ICMS Cultural, temos também que observar tudo isso, mas, para haver uma integração, é necessário, caso seja desejo do município, alterar a lei do conselho municipal de patrimônio cultural já existente, incluindo-se, em suas atribuições, estabelecer as diretrizes de política cultural, mantendo a de preservar o patrimônio cultural. Também estabelece que o regimento interno deverá conter, no mínimo, as formas de convocação dos conselheiros, o quórum mínimo, a forma de votação e a periodicidade de suas reuniões, que devem ser, no mínimo, bimestrais e registradas em ata. Na realidade qualquer conselho lavra sua ata para que as suas deliberações tenham registro e validade. Portanto, não há nenhuma incompatibilidade.

Em relação à organização e à estrutura, temos, como sugestão de forma de organização, a que já existe no Sistema Nacional de Cultura - e aí destaco a palavra "sugestão". No nosso caso, na questão do ICMS, também é uma sugestão, não há nenhum rigor na



forma de organização, a não ser no que se refere às câmaras temáticas, pois entendemos que o patrimônio cultural é uma matéria com tratamento diferenciado em relação à cultura, que consiste no daqui para a frente, mas que se embasa no nosso passado e na nossa história, representados e concretizados no patrimônio cultural.

As atas deverão ser registradas em livro próprio - o que não é nenhuma novidade, já que a técnica de confecção de atas é mundial -, apresentando resumidamente as ocorrências, os debates, as deliberações, as resoluções e as decisões das reuniões. Deverão ser redigidas em linguagem corrente e de tal forma que não seja possível nenhuma modificação posterior. Isso é quase chover no molhado, mas a nossa experiência vinha mostrando que os conselhos vinham se reunindo sem fazer o registro desses debates, e, para nós, é muito importante que esse debate seja transferido para um texto e documentado, não só por fazer parte da história, mas também por mostrar a maturidade e os avanços do conselho, além da participação da sociedade, já que o desejo do ICMS Cultural é transformar essa política de estado em política pública, tendo o conselho como seu carro-chefe. As atas das reuniões deverão ser publicadas obrigatoriamente. A ideia da publicação se ancora na necessidade de levar o conhecimento a toda a sociedade, para ele ser também um canal de comunicação e de maior amplitude de suas decisões.

Em relação às competências, o conselho teria, dentro do que exige o Sistema Nacional de Cultura, suas competências definidas em legislação específica. No nosso caso, o do ICMS Cultural, como já foi dito, basta incluir a disposição de que caberá a esse conselho a definição de diretrizes da política cultural e, logicamente, de preservação do patrimônio cultural, como já acontecia. Ainda em relação às competências, a legislação deverá dispor, entre outros, sobre os seguintes itens: apreciação e aprovação do plano municipal de cultura; acompanhamento e fiscalização sobre a execução do plano municipal de cultura; estabelecimento de diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Patrimônio e Cultura; e acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos desse fundo. No nosso ICMS, isso não está tão claro, mas a deliberação que se encontra em vigor - e para a qual temos conseguido uma aprovação unânime no Conep, apesar de não exigir planejamento - estabelece uma série de atribuições para o conselho que não existiam anteriormente, a não ser a deliberação sobre os tombamentos. Então, definimos que o conselho terá, como atribuição, definir, acompanhar e fiscalizar a política municipal de proteção do patrimônio cultural - e aqui incluímos as diretrizes de cultura; participar da educação patrimonial; e deliberar sobre tombamentos, inventários, investimentos em patrimônio cultural e projetos de intervenção em bens protegidos.

Essas observações já foram expostas. Não é necessário que sejam extintos os atuais conselhos, mas sim adaptá-los às exigências do Sistema Nacional de Cultura. O município poderá optar por manter dois conselhos, sendo que, nessa possibilidade, o Minc tem sugerido - e, no nosso entendimento, é perfeito - que os representantes do setor de patrimônio cultural, no conselho municipal de políticas culturais, sejam oriundos do conselho municipal de patrimônio cultural, para podermos trabalhar com menos conflitos e para que as decisões tomadas em um dos conselhos tenham compatibilidade com as dos outros, sendo por ele observadas. Devolverei a palavra ao Felipe, para tratar do fundo. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

### **Palavras do Sr. Felipe Amado**

No mesmo sentido do que foi apresentado pela Marília, vou fazer a apresentação sobre o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural. Estabelecemos algumas regras. O Sistema Nacional de Cultura pede que o fundo tenha natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com regras definidas em lei. O que o ICMS sempre pede é que o fundo de patrimônio seja instituído por lei, o que atenderia aos dois sistemas. Diretrizes de aplicação dos recursos estabelecidas pelo Conselho Municipal de Patrimônio e Políticas Culturais. Aqui fica bem claro que, existindo um fundo único, o conselho único estabelecerá essas diretrizes.

Com relação à questão do ICMS Patrimônio Cultural, à questão da legislação do fundo, tem que constar de maneira bem clara e explícita que os recursos provenientes do ICMS Patrimônio Cultural deverão ser preferencialmente destinados à preservação do patrimônio cultural, além de outras fontes de receita, a critério do município.

No sistema nacional temos ainda o acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos recursos pelo conselho municipal, no caso pelo conselho único, e a garantia pelo município de recursos para o funcionamento do fundo. Na questão do ICMS Patrimônio Cultural, destacamos ainda a indicação na legislação orçamentária do município de dotação específica dentro do fundo para a preservação do patrimônio cultural. Digo isso apenas para fazer uma distinção, devido à legislação referente ao ICMS Cultural. Há ainda a abertura de conta corrente, cujo nome indique explicitamente que se trata do Fundo Municipal de Patrimônio e Cultura, havendo, como o Bernardo falou, duas contas distintas, uma para a área cultural e outra para a área específica de preservação do patrimônio. Reforçamos também que os recursos do ICMS Patrimônio Cultural seriam repassados para essa conta bancária específica da área de preservação.

No Sistema Nacional de Cultura destaca-se a vedação da utilização de recursos do fundo municipal com despesas de manutenção administrativa dos governos municipal, estadual e federal, bem como suas entidades vinculadas. E existe um limite de gastos para planejamento, estudos, acompanhamento e avaliação do fundo que não pode ultrapassar os 5%. No ICMS Patrimônio Cultural destacamos a necessidade de uma contabilização dos recursos destinados à preservação do patrimônio cultural de forma diferenciada para a pontuação que é prevista na legislação, e sugere-se a publicação de ao menos um edital por ano, facultando às pessoas físicas e jurídicas a apresentação de projetos a serem custeados pelo fundo.

Quero destacar aqui que algumas dessas questões serão alteradas na legislação estadual ou nas deliberações do Conep para que dessa forma o objetivo seja atendido plenamente. A Secretaria de Cultura, em conjunto com o Iepha, vai trabalhar na edição de um documento que facilite aos municípios essa transição do conselho e do fundo de patrimônio para um conselho misto, com os dois objetivos, tanto o patrimônio quanto a política cultural.

É importante destacar que vamos colaborar com os municípios na edição dessas normas. Da mesma forma como falamos do conselho, não é necessário extinguir o fundo atual; basta apenas que a câmara municipal altere a lei mudando a nomenclatura e observando as determinações do Sistema Nacional de Cultura, algumas delas já apresentadas aqui. É prerrogativa do município a



opção por dois fundos, como é prerrogativa do município ter dois conselhos. Estamos aqui somente criando uma facilidade para aqueles municípios, principalmente para os pequenos, porque os médios e grandes têm uma estrutura maior que possibilita ter dois conselhos e dois fundos.

Então o que estamos propondo aqui é apenas uma forma de facilitar o entendimento da Secretaria de Estado de Cultura e do Iepha de que os municípios têm essa possibilidade de aderirem ao Sistema Nacional ou Estadual de Cultura, de acordo com as regras. Estamos aqui somente para sugerir isso. Os municípios não são obrigados a ter um conselho único, nem um fundo único. Reforço isso porque é importante deixar claro que essa é uma decisão das instâncias municipais, seja da câmara municipal, seja da prefeitura, seja da cultura, relativamente a essa separação ou não separação. O que estamos fazendo aqui tem por objetivo facilitar a adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Queremos que o Estado reforce e que o governo de Minas Gerais apoie o Sistema Nacional de Cultura, para aumentar a capacidade dos municípios.

Estamos aqui falando de 853 municípios das mais diversas especificidades, tamanhos e de regiões diferentes. O nosso objetivo é que todos tenham condição de atender a todas as regras do Sistema Nacional de Cultura. No tocante à questão da legislação e do ICMS do patrimônio cultural, essa é a facilitação que estamos oferecendo.

O nosso objetivo era esse. Estou à disposição, não é mesmo, Marília? Muitos de vocês já conhecem a Marília, e estamos sempre à disposição para auxiliá-los no que for necessário. Agradeço. Um bom dia a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Felipe. Neste momento, passarei a palavra para os informes em relação aos grupos de trabalho. Quero agradecer a todos os convidados que fizeram suas exposições. Informo que a reunião do Grupo 1 - Implementação do Sistema Nacional de Cultura - acontecerá no Teatro da Assembleia. O Grupo 2 - Produção simbólica e diversidade cultural - vai se reunir no auditório da Escola do Legislativo, localizado na Av. Olegário Maciel, 2.161. Todos já se orientaram com relação aos endereços? Parece que não. A Av. Olegário Maciel é essa rua que fica aqui atrás e que dá acesso ao *shopping* Diamond Mall. Está tudo perto. É só descer a praça. A reunião do Grupo 3 - Cidadania e direitos culturais - será realizada no auditório do andar SE deste edifício, neste mesmo piso. O Grupo 4 - Cultura e desenvolvimento - se reunirá no auditório do Edifício Carlos Drummond de Andrade, localizado na Rua Martim de Carvalho, 94. Esse edifício fica nos fundos da Assembleia.

O horário está nos favorecendo. O que vou propor agora foi ideia de todos. Então, neste momento, peço aos integrantes dos grupos que se dirijam aos locais de reunião para que iniciem a discussão da metodologia a ser adotada e da dinâmica que cada grupo vai trazer para o debate. É importante organizarmos os trabalhos. Posteriormente ao almoço, as pessoas retornarão aos grupos. A retomada pode ser às 14 horas, Janaína? Dá para iniciarmos, irmos para o almoço e depois retomarmos os trabalhos às 14 horas. Cada grupo definirá sua dinâmica agora, em cada espaço. Portanto, quero agradecer a todos.

### **Encerramento**

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 43ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2013**

### **Presidência da Deputada Luzia Ferreira**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Levantamento do quórum e esclarecimentos sobre novas propostas - Leitura das propostas de âmbito nacional e levantamento dos destaques - Votação das propostas de âmbito nacional não destacadas - Discussão e votação dos destaques - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem as deputadas e o deputado:

Liza Prado - Luzia Ferreira - Sávio Souza Cruz.

### **Abertura**

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

### **Atas**

- A deputada Liza Prado, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

### **Destinação da Reunião**

A presidente - Destina-se esta reunião à realização da III Conferência Estadual de Cultura, com o tema "Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura", que é uma realização do governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, e se constitui em uma etapa para a III Conferência Nacional, a ser realizada pelo Ministério da Cultura, em Brasília, no mês de novembro.

### **Composição da Mesa**

A presidente - A presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Cesária Alice Macedo, representando o Ministério da Cultura; e Janaína Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, representando a secretaria; o Exmo. Sr. Aníbal Henrique de Oliveira Macedo, representante de Belo Horizonte do Conselho Estadual de Cultura de



Minas Gerais; as Exmas. Sras. Laura Moreira Guimarães, coordenadora do Grupo 1 - Implementação do Sistema Nacional de Cultura; Mariana Sayad de Sousa Bustamante, relatora do Grupo 1; Camila Lukschal Collier, coordenadora do Grupo 2 - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; e Eliane Baltazar da Costa, relatora do Grupo 2; os Exmos. Srs. André Luiz de Castro Ferreira, coordenador do Grupo 3 - Cidadania e Direitos Culturais; e Fabrício Souza Santos, relator do Grupo 3; e as Exmas. Sras. Manuella Abdanur de Paula Machado, coordenadora do Grupo 4 - Cultura e Desenvolvimento; e Elizabeth Junho Giovanini, relatora do Grupo 4.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

A presidente - Esta reunião é muito importante. O trabalho final é resultado de um trabalho árduo, que contou com muita dedicação de todos vocês e que se iniciou no município, nas conferências municipais. Ontem, vocês passaram o dia inteiro na discussão dos grupos temáticos, e agora temos a plenária final, para a votação das propostas e priorização daquelas de âmbito nacional. Como a dinâmica é complexa e são muitos delegados, peço atenção a todos a fim de fazermos aqui um trabalho adequado, garantindo a compreensão de todos e um resultado final que represente bem o sentimento do conjunto dos delegados. Faremos a leitura das propostas previstas no documento final que todos os delegados receberam e que é resultado do trabalho de grupo por eixo temático.

Durante o processo de leitura de cada eixo perguntaremos se há destaques. Será apenas dito: destaque proposta tal, e a assessoria fará a devida anotação. Então, não é para fazer a defesa do destaque. Para isso haverá um momento posterior. A partir daí, faremos a discussão logo após a leitura de todas as propostas. Anotados os destaques, faremos a votação em bloco das propostas não destacadas. Portanto, consideramos que as propostas destacadas terão a possibilidade de ir à votação em bloco, porque não haverá questionamento algum. Em seguida, apresentaremos os destaques pela ordem da leitura e teremos a votação dos destaques. Quem apresentar o destaque terá 2 minutos para fazer a sua defesa. Se houver uma contestação ao destaque, um pessoa apresentará a contraposição a ele também no prazo de 2 minutos. Há no Regimento uma possibilidade de apresentação de novas propostas que não estão previstas em nenhuma das apresentadas no grupo, desde que tenham o apoio de, pelo menos, 25% dos delegados. Daqui a pouco, iremos aferir quantos delegados estão presentes, até para saber quantos apoiadores serão precisos para apresentar novas propostas.

Finalmente, iremos priorizar quatro propostas de âmbito nacional por eixo temático, sendo uma por subeixo, totalizando 16 propostas, que serão encaminhadas como "As prioridades de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional de Cultura". Por último, a eleição dos delegados de Minas Gerais à 3ª Conferência Nacional. A dinâmica está clara?

### **Levantamento do Quórum e Esclarecimentos sobre Novas Propostas**

A presidente - Faremos aqui uma contagem. Então, gostaríamos de pedir a atenção dos delegados para fazerem a contagem aqui no Plenário e nas galerias. Solicito aos delegados e delegadas que levantem seus crachás. Farei assim para facilitar: primeiro, contaremos do lado esquerdo. Levantem os crachás para sabermos quantas pessoas estão presentes. (- Pausa.) Pessoal, os trabalhos já se iniciaram. Isso aqui é importante, estamos aferindo quórum, depois daremos um espaço para tirarem as fotos, afinal, é importante também o registro da presença de cada um de vocês aqui. Gostaríamos de pedir a todos que estão do lado externo para entrarem no Plenário, por favor. (- Pausa.) Quem está organizando a contagem aqui? (- Pausa.) Vamos contar para facilitar. Todas as pessoas que estão do lado esquerdo mantenham o seu crachá levantado, por gentileza. Para facilitar, apenas as pessoas da esquerda, inclusive quem estiver do lado esquerdo das galerias. (- Pausa.)

Peço que façam a contagem também de quem está de pé no fundo do nosso Plenário. (- Pausa.) Quem estiver do lado esquerdo pode abaixar os crachás, inclusive quem estiver em pé. Agora faremos a contagem do lado direito. A contagem das pessoas que estão nas galerias será daqui da Mesa.

Até o momento, há 191 delegados presentes, portanto 48 apoios para a apresentação de novas propostas e moções, conforme reza o Regimento. Para a apresentação de propostas não previstas, isto é, não listadas pelos grupos temáticos, ou mesmo para a apresentação de alguma moção, será necessário que a proposta tenha o apoio de 48 delegados para ser considerada e votada como proposta da plenária. O horário para o recebimento de novas propostas e moções vai até às 11h30min.

### **Leitura das Propostas de Âmbito Nacional e Levantamento dos Destaques**

A presidente - Vamos agora começar a leitura das propostas nacionais. Chamarei o relator de cada grupo que usará a tribuna à direita para fazer a leitura do relatório final. Vamos valorizar o relator, que trabalhou muito. Cada um fará a leitura do seu trabalho.

- Procede-se à leitura das propostas de âmbito nacional e ao levantamento dos destaques.

### **Votação e Aprovação das Propostas Nacionais não Destacadas**

A presidente - Vamos votar em bloco todas as propostas que não sofreram nenhum destaque, ou seja, aquelas que pareceram consensuais já na leitura. Em seguida, vamos passar aos destaques, um por um.

Os delegados e as delegadas favoráveis às propostas lidas que não sofreram destaque manifestem-se levantando o crachá. (- Pausa.) Podem abaixar os crachás. Os que são contrários, por favor. (- Pausa.) Há alguma abstenção? (- Pausa.) Estão todas aprovadas, por unanimidade. Considerem-se aprovadas as propostas não destacadas.

### **Discussão e Votação dos Destaques**

A presidente - Neste momento, vamos começar a análise dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

A presidente - Pessoal, estou aqui me despedindo de vocês, porque, na parte da tarde, infelizmente não poderei estar presente. Eu já havia dito que tenho uma viagem para Visconde de Rio Branco. Não sei se há alguém aqui é de lá, mas hoje, honrosamente, vou receber o título de Cidadã Honorária de Visconde do Rio Branco, por votação da Câmara Municipal e iniciativa do seu presidente, Paulinho Pé de Barro, um grande vereador da cidade, da zona rural.

É muito longe daqui até lá. Vou me deslocar por mais de quatro horas, dependendo do trânsito.

Agradeço muito a colaboração de vocês, foi muito bacana, uma participação muito consciente, e incorporamos muitas sugestões, o que é importante também. Sou vice-presidente da Comissão de Cultura, e temos contribuído muito para que a cultura seja uma política pública relevante, como são educação e saúde, reconhecida em rede. Esse é um grande avanço para a política cultural, que,

com o Sistema Nacional de Cultura, une os municípios, os estados e o governo federal de forma republicana, independentemente de partidos políticos que estejam em governos A, B ou C. Vamos manter essa luta nossa para aumentar os recursos de financiamento da cultura, que normalmente tem dotação orçamentária menor em todos os orçamentos. Normalmente é de 0,5% ou de 1%. Mas quando é 1%, executa-se só 0,5%. Então, temos o desafio de trazer a cultura para o patamar de política pública de primeira linha.

Em 2011 e 2012, a Comissão de Cultura realizou audiências públicas regionalizadas para divulgar o Sistema Nacional de Cultura. Realizamos amplo debate e aprovamos, este ano, a alteração da Lei Estadual de Incentivo à Cultura para favorecer os empreendedores neste momento de crise, pois a contrapartida das empresas ficou menor. Pessoalmente, batalhei muito para que ela fosse aprovada rapidamente.

Estamos aqui discutindo a implantação do conselho estadual de cultura e a filiação de Minas. A Eliane anunciou que já está tudo pronto, foi criado um fundo para isso. Portanto, brevemente será feita essa adesão formal. São avanços que temos na Assembleia, um palco de discussão no cotidiano dessa afirmação cultural e da nossa diversidade, principalmente, em Minas. Foi dito aqui que Minas são muitas, é muito diversa a nossa produção cultural. Andamos pelo Brasil, e todos reconhecem isso.

Queria deixar aqui uma boa conclusão dos trabalhos a todos. Esta participação é muito relevante para que todas as manifestações culturais sejam incluídas nessa programação, nos planos nacionais, estaduais e municipais. Como deputada e vice-presidente da Comissão de Cultura, estou aberta à participação e à sugestão de todos vocês.

Mais uma vez, registro o agradecimento à Secretaria de Cultura e ao Sesi pela importante parceria na montagem dos *kits* dos participantes. Agradeço a todos, bom almoço e bom trabalho. Muito obrigada.

### **Encerramento**

A presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 44ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/9/2013**

### **Presidência da Deputada Liza Prado e do Deputado Luiz Henrique**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Discussão e Votação de Novas Propostas de Âmbito Nacional - Priorização das Propostas de Âmbito Nacional - Leitura de Propostas de Âmbito Estadual e Levantamento dos Destaques - Votação das Propostas de Âmbito Estadual Não Destacadas - Discussão e Votação dos Destaques - Discussão e Votação de Novas Propostas de Âmbito Estadual - Votação de Moções - Eleição de Delegados - Palavras da Sra. Janaína Cunha Melo - Palavras do Presidente - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados e a deputada:  
Duarte Bechir - Liza Prado - Luiz Henrique.

### **Abertura**

A presidente (deputada Liza Prado) - Às 14h2min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **Ata**

- O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **Destinação da Reunião**

A presidente - Destina-se esta reunião à realização da plenária final da III Conferência Estadual de Cultura, com o tema "Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura", que é uma realização do governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, e se constitui em etapa para a III Conferência Nacional, a ser realizada pelo Ministério da Cultura, em Brasília, no mês de novembro.

### **Composição da Mesa**

A presidente - A presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Cesária Alice Macedo, representando o Ministério da Cultura, e Janaína Cunha Melo, superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, representando essa secretaria; o Exmo. Sr. Aníbal Henrique de Oliveira Macedo, representante de Belo Horizonte do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Laura Moreira Guimarães, coordenadora do Grupo 1 - Implementação do Sistema Nacional de Cultura; Mariana Sayad de Sousa Bustamante, relatora do Grupo 1; Camila Lukschal Collier, coordenadora do Grupo 2 - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; e Eliane Baltazar da Costa, relatora do Grupo 2; os Exmos. Srs. André Luiz de Castro Ferreira, coordenador do Grupo 3 - Cidadania e Direitos Culturais, e Fabrício Souza Santos, relator do Grupo 3; e a Exma. Sra. Elizabeth Junho Giovanini, relatora do Grupo 4 - Cultura e Desenvolvimento.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

A presidente - A presidência gostaria de fazer uma sugestão. Vocês concordam em votarmos "sim" ou "não" para as propostas discutidas no grupo ou preferem outro procedimento? Temos quatro grupos. Vocês concordam com essa dinâmica de votar "sim" ou "não"? Vamos anotar. O tempo dependerá do tipo de dinâmica. Se alguém não se sentir representado pelo grupo, poderá fazer uso da palavra.

Informo a todos que as atas desta conferência estarão no diário eletrônico do Poder Legislativo no dia 19 de outubro.



### **Discussão e Votação de Novas Propostas de Âmbito Nacional**

A presidente - Vamos ler as novas propostas de âmbito nacional e votá-las.

- Procede-se à discussão e votação de novas propostas de âmbito nacional.

#### **Priorização das Propostas de Âmbito Nacional**

O presidente (deputado Luiz Henrique) - Iniciaremos agora a priorização das propostas de âmbito nacional. Serão priorizadas quatro propostas por eixo, devendo haver uma por cada subeixo. Faremos a contagem dos votos para a apuração. As propostas com maior número de votos serão priorizadas. Já foi votado. Então, aguardaremos.

O Sr. Luís Gustavo - Sr. Presidente, meu nome é Gustavo. É uma dúvida, para não se repetir o problema de ontem. Sugiro que leiamos todas as propostas de cada subeixo para depois escolher, em vez de ir lendo e votando.

O presidente - Faremos a leitura das propostas para efeito de maior fixação.

- Procede-se à priorização das propostas de âmbito nacional.

#### **Leitura de Propostas de Âmbito Estadual e Levantamento dos Destaques**

O presidente - Neste instante, faremos a leitura das propostas de âmbito estadual. Com a palavra, a Sra. Cesária Alice Macedo.

- Procede-se à leitura das propostas de âmbito estadual e ao levantamento dos destaques.

#### **Votação das Propostas de Âmbito Estadual Não Destacadas**

O presidente - Sugiro a votação em bloco das propostas não destacadas nesta fase. Vou ler o número das propostas que não sofreram destaque e, em seguida, chamarei pelo nome as pessoas que apresentaram destaque para fazer sua apresentação.

O Sr. João Alexandre Moura Oliveira - Antes da discussão dos destaques, sugeriria a leitura das moções que foram discutidas também.

O presidente - As moções serão lidas ao final. Propostas nºs 1, 4, 6, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 27 e 30. Essas propostas não obtiveram destaque. Em votação, as referidas propostas. Quem for favorável levante seu cartão. (- Pausa.) Aprovadas pela maioria.

#### **Discussão e Votação dos Destaques**

O presidente - Neste instante, passaremos à discussão e votação dos destaques das propostas estaduais.

- Procede-se à discussão e votação dos destaques.

#### **Discussão e Votação de Novas Propostas de Âmbito Estadual**

O presidente - Passaremos agora à discussão e votação de novas propostas, a fim de otimizarmos o tempo, se todos estiverem de acordo. As novas propostas não poderão ser destacadas. Vou pedir à assessoria da Casa que faça a leitura das novas propostas.

- Procede-se à discussão e votação das novas propostas de âmbito estadual.

#### **Votação de Moções**

O presidente - Neste momento, vamos colocar em votação as moções.

- Procede-se à votação das moções.

- O teor do documento aprovado é o seguinte:

### **3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE**

#### **CULTURA**

**De 25 a 27 de setembro de 2013**

**Documento Final**

### **PROPOSTAS DE ÂMBITO NACIONAL**

#### **EIXO I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA**

##### **Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).**

Subeixo I - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC.

Proposta priorizada:

1. Institucionalização de concursos públicos e planos de carreira em âmbito nacional, com criação de cargos específicos para os órgãos e entidades da área de cultura, de forma a garantir a descentralização e a continuidade das políticas culturais.

Outras propostas aprovadas:

2. Criação de um grupo de trabalho com participação do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais para formulação de um plano de integração entre os Sistemas Nacional, Estadual e Municipais de Patrimônio, articulando a implantação dos Sistemas de Cultura das respectivas instâncias, considerando as dimensões geográficas e populacionais.

3. Discussão e aprovação, junto às instituições de participação popular, até julho de 2014, de estratégias para implementação do Plano Nacional de Cultura, especificando o cronograma físico-financeiro de execução de suas metas ano a ano até 2020.

4. Aposentadoria especial para gestores culturais da sociedade civil com no mínimo 30 anos de atividade comprovada.



## **Subeixo 2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura**

Proposta priorizada:

5 - Criação e manutenção de programas de apoio às iniciativas de formação e qualificação em gestão cultural, bem como oferta de cursos, seminários, palestras, material didático, investimento financeiro, oficinas e treinamento, seja por meio de educação a distância ou presencial, para a capacitação, qualificação e formação de agentes, artistas, gestores, empreendedores, educadores, mobilizadores, conselheiros, entre outros, oriundos do poder público e da sociedade civil, sobre captação de recursos, elaboração de projetos, direitos autorais, leis de incentivo, elaboração de projetos institucionais e regras do Sistema Nacional de Cultura, entre outros temas, tendo por referência o reconhecimento, a valorização e a preservação da cultura local, considerando-se a descentralização dos processos de qualificação da gestão cultural dos grandes centros urbanos, e garantir que os programas de formação na área cultural sejam regionalizados, descentralizados e coerentes com as realidades locais, reconhecendo-se os territórios culturais, podendo-se contar também com parcerias com a iniciativa privada.

Subeixo 3 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

Proposta priorizada:

6 - Realização de zoneamento, mapeamento e inventário cultural dos estados e municípios para garantir e subsidiar a elaboração do orçamento e do planejamento estratégico da área, mediante constituição de banco de dados, alimentado regularmente, que inclua todos os segmentos culturais, por meio de levantamento histórico das manifestações culturais e necessidades da comunidade, de forma a fortalecer e divulgar os eventos populares em âmbito nacional, valorizar a diversidade, fortalecer as manifestações culturais, conhecer os vários grupos tradicionais, mestres, saberes, artistas, coletivos culturais, festas tradicionais, iniciativas de inclusão cultural e os patrimônios culturais de cada região, produzindo um catálogo cultural em nível nacional, com acesso gratuito ao público em geral.

Outras propostas aprovadas:

7 - Inclusão de novos aspectos culturais e aperfeiçoamento dos já existentes no Censo Nacional do IBGE, garantindo o atendimento das metas n°s 3, 6, 7 e 8 do Plano Nacional de Cultura.

8 - Realização de seminário nacional, precedido de seminários estaduais e municipais, para debater, avaliar e propor medidas sobre as vantagens e desvantagens das políticas de renúncia fiscal nas três esferas de governo, em comparação aos fundos de cultura como instrumentos públicos de incentivo à cultura, e fortalecimento dos estados e municípios.

Subeixo 4 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais.

Proposta priorizada:

9 - Destinação do limite de isenção fiscal previsto na Lei Rouanet (ou na que vier substituí-la) para o Fundo Nacional de Cultura, sendo que os recursos não poderão ser contingenciados e serão distribuídos regionalmente por critérios a serem definidos posteriormente.

Outras propostas aprovadas:

10 - Promoção de Campanhas Publicitárias para a sensibilização das empresas no patrocínio de projetos culturais nas cidades, utilizando recursos do Imposto de Renda e ICMS, bem como a criação de Lei de Incentivo à Cultura que garanta o destino de um percentual, na fonte, para a cultura, evitando que o artista, por projeto aprovado, fique “mendigando” junto a empresas. O percentual será destinado para o Fundo Municipal de Cultura, onde o artista entrará com seu projeto.

11 - Ampliação e elevação do percentual sobre o imposto devido do IR para aplicação em atividades culturais, na Lei Rouanet ou na que venha substituí-la.

12 - Que projetos aprovados na Lei Rouanet não captados ou captados parcialmente no ano anterior possam ter o transporte de material viabilizado, conforme descrito no projeto, pelos correios.

### **Eixo II - Produção Simbólica e Diversidade Cultural**

Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

Subeixo 1 - Criação, Produção, Preservação, Intercâmbio e Circulação de Bens Artísticos e Culturais.

Proposta priorizada:

13 - Criação de instrumentos de registro, apoio e valorização dos mestres, griôs e lideranças culturais sejam depositários das memórias e saberes dos diferentes grupos culturais para que possam transmitir seus conhecimentos.

Outra proposta aprovada:

14 - Instituição de políticas de fomento, investimento e financiamento que garantam, em parceria com a iniciativa privada e as universidades públicas, tanto estaduais como federais, a sustentabilidade dos processos de criação, produção, distribuição, difusão, consumo e preservação dos bens simbólicos.

Subeixo 2 - Educação e Formação Artística e Cultural.

Proposta priorizada:

15 - Oferta de oficinas artísticas e culturais para crianças, adolescentes, jovens e idosos no programa curricular da rede pública e privada de ensino, incluindo a gestão cultural, produção cultural, formação de público, valorização da cultura popular, educação patrimonial, e cultura africana, afro-brasileira e indígena (Leis Federais n°s 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008).

Outra proposta aprovada:



16 - Ampliação do Programa Mais Cultura nas Escolas, tornando-o permanente, mobilizando e capacitando os diretores e professores das escolas e a comunidade escolar, com abertura para que instituições culturais, artistas, coletivos e associações possam ser os proponentes.

Subeixo 3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital.

Proposta priorizada:

17 - Protagonismo do MinC no debate que leve a uma revisão rigorosa da política de concessões de rádio e TV e à regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de 1988, de forma a assegurar o princípio da complementaridade que demarque os papéis diferenciados da TV privada, pública e estatal, com a destinação de linhas de financiamento específicas para emissoras culturais, educativas, universitárias e comunitárias, visando à democratização do espaço audiovisual.

Outra proposta aprovada:

18 - Ampliação e garantia do acesso à internet e à cultura digital em áreas urbanas e rurais, especialmente em áreas mais distantes e carentes, com destaque para as comunidades quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais, promovendo a capacitação para o uso da cultura digital.

Subeixo 4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Proposta priorizada:

19 - Instituição de grupo de trabalho dos Ministério da Cultura e Ministério do Meio Ambiente para formulação de estratégias de proteção ao patrimônio cultural e aos conhecimentos e às formas de produção e sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais presentes em áreas abrangidas pelas Unidades de Conservação ou atingidas por barragens, empresas de mineração ou outros empreendimentos econômicos.

Outras propostas aprovadas:

20 - Reconhecimento dos saberes dos mestres das tradições populares por meio das instituições públicas de ensino, pesquisa e preservação da memória, bem como dos entes federados, garantindo a transmissão de seus conhecimentos.

21 - Cumprimento das leis municipais, estaduais e federal de preservação das culturas quilombola e indígena, com a restituição de suas terras de origem e garantia de sustentabilidade para manutenção, revitalização e preservação destas culturas tradicionais, reparando danos culturais causados aos afrodescendentes e indígenas ao longo de nossa história.

### **Eixo III - Cidadania e Direitos Culturais**

#### **Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.**

Subeixo 1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as Convenções e Acordos Internacionais.

Proposta priorizada:

22 - Expansão e diversificação da rede de bibliotecas públicas, bem como da rede de bibliotecas municipais, comunitárias, populares e itinerantes, abastecendo-as com novos acervos mínimos recomendados pela Unesco; promoção de atividades de ação cultural junto ao público leitor e ao público potencial; contratação de profissionais capacitados, técnicos e graduados; gestão desses locais de forma a promover intercâmbio entre diversos pontos da cidade e comunidades rurais; e aperfeiçoamento do quadro de funcionários existente.

Outras propostas aprovadas:

23 - Formulação e criação de uma plataforma nacional de acesso à cultura, orientadora, com diretrizes e metas para execução no âmbito dos municípios e dos estados brasileiros, que garanta a democratização, de forma plena, da criação e do acesso à cultura, promovendo assim o controle e a participação social, e do planejamento e execução das políticas culturais; fomento, valorização e permissão de acesso e uso dos bens e equipamentos culturais, respeitando a diversidade, a memória e a preservação da identidade cultural, aprovados por um plano diretor participativo municipal.

24 - Incentivo à criação e à garantia da manutenção de espaços físicos e equipamentos culturais que promovam a ampliação do acesso à cultura, atendendo os grupos étnicos, minoritários, populares, urbanos e indígenas.

Subeixo 2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais.

Proposta priorizada:

25 - Implantação, aperfeiçoamento e garantia de manutenção dos programas culturais existentes para maior integração e valorização de todas as formas de cultura, considerando o patrimônio como a soma dos bens culturais, ideias, grupos, memórias, registros, valores, sons, ritos, hábitos, costumes e beleza, incluindo-os na agenda regional de cultura e promovendo eventos que abordem todas as expressões artísticas existentes no município, como, por exemplo, a Semana da Diversidade Cultural.

Outra proposta aprovada:

26 - Garantia, com efetividade, de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais em todos os equipamentos culturais, construindo, adequando ou ampliando esses espaços, com o intuito de valorizar e reconhecer a diversidade cultural existente e favorecer as relações pacíficas e sustentáveis entre grupos, para atender plenamente a todos.

Subeixo 3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede.

Proposta priorizada:

27 - Investimento, por meio de fundo mantenedor ligado ao Programa Cultura Viva, para fomentar a difusão da produção cultural, fortalecendo os pontos de cultura já existentes e estimulando a criação de novos, com o desenvolvimento profissional de artistas e produtores de cultura, valorizando manifestações regionais e locais.

Outra proposta aprovada:



28 - Criação de mecanismo de financiamento às iniciativas de cadastramento e formação de redes culturais, dando oportunidades a todos na qualificação e fruição das manifestações artísticas e culturais locais, assim como na facilitação do acesso do pequeno empreendedor a financiamentos, programas e projetos para a criação artística e cultural, garantindo a acessibilidade de todos aos bens e produtos, ao saber e ao fazer.

Subeixo 4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

Proposta priorizada:

29 - Parceria com o Ministério da Educação, visando o aumento do número de vagas e a melhoria da qualidade de cursos técnicos e de graduação, pós-graduação e mestrado nas áreas de artes (música, teatro, dança e artes visuais), cultura e gestão cultural, potencializando o acesso dos estudantes a esses cursos, nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, de forma continuada, visando a inserção, nos currículos da educação básica e superior, das disciplinas Educação Patrimonial e História Cultural do País; introdução do ensino de arte-educação, com ênfase em todas as áreas das artes e educação patrimonial; e implantação da Lei nº 11.769, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música, linguagem audiovisual, artes visuais e cênicas na educação básica, por pessoas capacitadas, buscando parcerias e convênios com universidades públicas.

Outras propostas aprovadas:

30 - Proposição, na programação das redes pública e privada de ensino, de oficinas de formação artística para crianças e adolescentes, incluindo a gestão e a produção cultural, a formação de público, a valorização da cultura popular e a educação patrimonial, promovendo a preservação da memória e o fortalecimento da identidade de uma localidade, com o fortalecimento dos profissionais de educação e dos agentes culturais locais com reconhecida atuação na inserção do Programa Mais Cultura nas Escolas (com aumento do repasse de recursos), promovendo e apoiando processos de capacitação para educadores como agentes multiplicadores de linguagens inclusivas, para a ampliação do acesso do deficiente à cultura.

31 - Garantia de efetiva fiscalização e proibição de qualquer tipo de degradação e/ou exploração de qualquer bem público natural municipal, estadual ou federal que contribua para construção da identidade cultural dos povos e/ou da região.

32 - Reconhecimento da profissão de professor de capoeira, com seguridade de cadeira em conselhos relacionados à capoeira e suas especificidades.

## **Eixo IV - Cultura e Desenvolvimento**

### **Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.**

Subeixo 1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional.

Proposta priorizada:

33 - Criação de um diagnóstico, a ser disponibilizado por meio de uma plataforma web de acesso livre, que permita a instituição e o reconhecimento de novos territórios criativos, para subsidiar um programa de turismo cultural sustentável, com capacitação das comunidades, utilizando como ferramenta o inventário da oferta turística local, em parceria com a área de turismo.

Outra proposta aprovada:

34 - Inclusão da cultura como parâmetro para o desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social).

Subeixo 2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior.

Proposta priorizada:

35 - Criação e inclusão de linhas de crédito subsidiado e financiamento específicos para empreendedores culturais, artistas da economia criativa e formação cultural.

Outra proposta aprovada:

36 - Integração da cultura com outras áreas, sobretudo a saúde mental, a economia solidária, o sistema prisional, o meio ambiente e a educação, difundindo a ideia de reaproveitamento de resíduos sólidos para a fabricação de artesanatos e valorizando o artista plástico, os usuários do Caps-AD e os assistidos pelas Apaes, com vistas à geração de renda e à redução de consumo dos recursos naturais.

Subeixo 3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, Tendo como Base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade.

Proposta priorizada:

37 - Buscar, junto ao Ministério das Comunicações, com acompanhamento do MinC e dos órgãos estaduais e municipais de cultura na fiscalização, a obrigatoriedade de divulgação, em mídias locais, das produções culturais locais em sua totalidade, garantindo a diversidade e a difusão cultural, tornando efetiva a Lei nº 12.485, de 2011, que dispõe sobre as quotas de mídia.

Outra proposta aprovada:

38 - Criação de mecanismos alternativos que efetivem o vale-cultura como benefício financeiro para ser destinado aos pequenos e médios municípios, onde não existe uma intensa produção cultural.

Subeixo 4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira

Proposta priorizada:

39 - Garantia de isenção das taxas de Ecad, por meio da regulamentação da Lei Federal de Direitos Autorais, para festividades culturais públicas (sem fins lucrativos e tradicionais da cidade), rádios comunitárias, rádios e TVs educativas e no uso didático de produção cinematográfica e musical.

Outra proposta aprovada:



40 - Redução dos entraves à circulação e exportação de bens culturais por meio de medidas como: desoneração tributária, redução de taxas alfandegárias, simplificação e desburocratização de processos administrativos, reconhecimento de profissões e de benefícios trabalhistas e previdenciários e inclusão dos empreendimentos criativos nas leis das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, além da oferta de crédito com juros subsidiados pelas instituições bancárias federais.

## PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

### EIXO I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

#### **Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).**

Subeixo 1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de Acordo com os Princípios Constitucionais do SNC.

1 - Elaboração do Plano Estadual de Cultura, com a participação dos municípios e atendendo às peculiaridades regionais.

Subeixo 2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores Governamentais e Não Governamentais e Conselheiros de Cultura.

2 - Criação de novos programas e ampliação dos já existentes, tendo como meta o alcance das microrregiões do Estado, apoio às iniciativas de formação e qualificação em gestão cultural, bem como oferta de cursos, seminários, palestras, material didático, investimento financeiro, oficinas e treinamento, seja por meio da educação a distância ou da presencial, por meio de parcerias com as universidades da região, entre outras, para a capacitação, qualificação e formação de agentes, artistas, gestores, empreendedores, educadores, mobilizadores, conselheiros, entre outros, oriundos do poder público ou da iniciativa privada, sobre captação de recursos, elaboração de projetos, direitos autorais, leis de incentivo, elaboração de projetos institucionais, e sobre adesão ao Sistema Nacional de Cultura, entre outros temas, tendo por referência o reconhecimento, a valorização e a preservação da cultura local.

Subeixo 3 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa

3 - Realização de zoneamento, mapeamento e inventário cultural dos municípios e do Estado para garantir e subsidiar a elaboração do orçamento e do planejamento estratégico da área, mediante a constituição de banco de dados (a ser livremente disponibilizado através de *link* no *site* da Secretaria Estadual de Cultura), alimentado regularmente, que inclua todos os segmentos culturais, por meio de levantamento histórico das manifestações culturais e das necessidades da comunidade, a fim de fortalecer e divulgar os eventos populares em todo país, valorizar a diversidade, fortalecer as manifestações culturais, conhecer os vários grupos tradicionais, mestres, saberes, artistas, coletivos culturais, festas tradicionais, iniciativas de inclusão cultural e os patrimônios culturais de cada região, produzindo um catálogo cultural em nível nacional, com acesso gratuito ao público em geral.

Subeixo 4 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais.

4 - Desoneração tributária para produtores culturais e organizações culturais sem fins lucrativos que adotem princípios da economia solidária.

5 - Destinação de parcela dos *royalties* da mineração - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) - para o Fundo Estadual de Cultura, garantindo a vinculação de uma parcela desses recursos aos projetos para a diversidade cultural nos municípios.

6 - Promoção, a partir de 2014, de debate sobre o processo de paridade na alocação de recursos entre a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e o Fundo Estadual de Cultura, de modo a garantir que essa paridade aconteça a partir de 2015.

7 - Destinação do limite de isenção fiscal previsto na Lei Estadual de Incentivo à Cultura para o Fundo Estadual de Cultura, sendo que os recursos não poderão ser contingenciados e serão distribuídos regionalmente por critérios a serem definidos posteriormente.

8 - Instituição de mecanismos de facilitação (desburocratização) de acesso aos recursos oriundos de incentivos fiscais e Fundo Estadual de Cultura, para a cultura nos pequenos e médios municípios, possibilitando que empresas, cujo recolhimento do ICMS se dê por substituição tributária, possam patrocinar projetos através da lei estadual de incentivo à cultura.

9 - Destinação dos recursos de patrocínio cultural das empresas estatais de Minas Gerais, via leis de incentivo, para projetos de interesse da política pública de cultura, adotando critérios de regionalização, diversidade e transparência por meio de edital público.

### EIXO II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

#### **Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.**

Subeixo 1 - Criação, Produção, Preservação, Intercâmbio e Circulação de Bens Artísticos e Culturais.

10 - Reconhecimento, apoio e fortalecimento dos diversos grupos de cultura, de suas festas e manifestações tradicionais; divulgação, valorização e contextualização de cada manifestação cultural identificada no Estado; e criação de centros intermunicipais de memória, incluindo laboratórios de história oral, por meio de parceria com instituições de ensino e pesquisa.

11 - Descentralização de eventos culturais para as comunidades rurais; viabilidade da apresentação dos corpos artísticos da capital mineira no interior, sem custos para as cidades anfitriãs; elaboração de projetos articulados e itinerantes e construção de centros culturais regionalizados e instalação de núcleos itinerantes, para orientação e apoio a artistas e entidades locais, garantindo maior presença da Superintendência de Interiorização da Secretaria Estadual de Cultura.

Subeixo 2 - Educação e Formação Artística e Cultural.



12 - Inclusão e reconhecimento dos mestres da cultura popular nas escolas estaduais para lecionar assuntos relativos às culturas indígena e negra, conforme preconizam as Leis nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, e assuntos relativos às demais manifestações que representam a diversidade cultural brasileira; e também a realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para a comunidade, oferecidos por esses agentes ligados às manifestações tradicionais da cultura, tais como oficinas de criação e instrumentos de Folias de Reis, oficina de conto popular, entre outros.

13 - Criação de política pública específica para o circo tradicional, com o objetivo de garantir o direito ao trabalho de seus artistas e técnicos, ao mesmo tempo em que se garante o acesso da população à arte circense, destinando para isso locais/terrenos para sua instalação nas localidades e legislação urbana específica para a emissão de alvará de funcionamento.

14 - Criação de livros didáticos pedagógicos para a disciplina de arte para serem distribuídos a todos os alunos da rede pública de Minas Gerais em suas séries, para trabalhar todas as manifestações culturais de Minas Gerais e do Brasil, bem como os seus fazeres e saberes, estimulando e difundindo as diversidades e tradições culturais mineiras, pois todas as disciplinas são contempladas com o livro didático, menos a de arte nas escolas estaduais de Minas, o que caracteriza uma grande perda cultural.

Subeixo 3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital.

15 - Criação da Empresa Mineira de Comunicação, reunindo a Rede Minas e a Rádio Inconfidência, com a implantação de sucursais em todas as 10 macrorregiões do Estado, assegurando uma cobertura descentralizada, com corpo técnico concursado selecionado por meio de editais qualificados que aproveem especialistas nas respectivas áreas (e não especialistas em concursos), com orçamento não contingenciável, proporcional aos gastos com publicidade do governo, e conselho curador, deliberativo e autônomo, composto em 2/3 pela sociedade civil, com atuação voltada para o interesse público e autonomia editorial, sem interferências do governo nos conteúdos; fortalecimento das afiliadas e retransmissoras, com a criação de linha de crédito especial no BDMG para o financiamento de investimentos em tecnologia e a obrigatoriedade da produção e difusão de programas locais e conteúdos regionalizados e de todo o Estado como contrapartida, visando a veiculação de conteúdo regional com alcance estadual.

16 - Oferta de recursos para financiamento de tratamento, acondicionamento, manutenção, digitalização e disponibilização de acervos públicos e privados municipais de interesse público, a fim de resgatar, proteger e documentar, através de multimídias e multimeios, a memória e a identidade das comunidades e da diversidade e a produção artística do Estado.

Subeixo 4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

17 - Mapeamento da diversidade cultural existente no Estado, formulando mecanismos de salvaguarda e difusão, e criação de edital para pesquisa das manifestações de origem afro-brasileiras, tradicionais e populares, resultando em publicação impressa, a ser também disponibilizada em plataforma digital de livre acesso.

18 - Formação de grupo de trabalho da Secretaria de Estado de Cultura com os órgãos competentes da administração direta e indireta do Estado para discussão sobre formas de proteção ao patrimônio cultural, aos conhecimentos e às formas de produção e sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais presentes em áreas abrangidas pelas unidades de conservação ou atingidas por barragens e empresas de mineração em Minas Gerais.

19 - Criação de mecanismo de valorização, divulgação e apoio financeiro para as festas populares (Folia de Reis, Reinados, Congados, festas afrodescendentes e outras), com a criação do Museu da Memória das Festas Populares no território mineiro.

20 - Realização de uma Conferência Estadual da Lei nº 10.639, de 2003, para debater a descoberta de uma nova pedagogia de combate ao racismo, para o avanço do processo através da educação e do fortalecimento da cultura afro-brasileira.

### **EIXO III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS**

#### **Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.**

Subeixo 1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais.

21 - Criação de programas e mecanismos e garantia de recursos financeiros para a promoção e a valorização dos artistas independentes e de suas produções e atividades culturais, locais e de outras localidades, seja por meio de intercâmbio, articulação em rede ou descentralização dos equipamentos, serviços e espaços, ampliando o acesso universal à cultura, estimulando e fortalecendo as associações, cooperativas e grupos culturais com outros segmentos de âmbito regional, estadual e nacional; e promoção da integração regional e intermunicipal em prol de ações culturais conjuntas (Consórcios Intermunicipais).

22 - Ampliação da atuação da Secretaria de Estado de Cultura nas microrregiões e garantia de criação de um espaço físico de atendimento, com autonomia nas decisões para cada microrregião; e implantação de fóruns de cultura nesses locais, com a participação dos gestores públicos municipais, entidades culturais e sociedade civil organizada.

23 - Liberação das escolas estaduais para alojamento de artistas envolvidos em festivais e outros tipos de eventos de intercâmbio cultural.

Subeixo 2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais.

24 - Garantia efetiva da acessibilidade às pessoas com necessidades especiais em todos os equipamentos culturais; e interação e inclusão das crianças, adolescentes e idosos nos projetos artísticos e culturais, construindo, adequando ou ampliando esses equipamentos, com o intuito de valorizar e reconhecer a diversidade cultural existente e favorecer as relações pacíficas e sustentáveis entre grupos, para atender plenamente a todos.

25 - Garantia de recursos financeiros específicos para a construção, recuperação, revitalização e manutenção dos equipamentos de cultura, tais como arquivos públicos, museus, teatros, salas de cinema, bibliotecas, escolas e praças, assegurando sua completa adequação aos parâmetros de acessibilidade.



26 - Implantação, aperfeiçoamento e garantia de manutenção de programas para valorizar, mapear e integrar as tecnologias sociais e manifestações culturais de todo o Estado, garantindo o acesso e o intercâmbio entre municípios e microrregiões.

Subeixo 3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede.

27 - Ampliação das ações de democratização de acesso aos bens culturais, garantindo recursos financeiros, por meio de parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, apoio e incentivo às articulações de rede com agentes culturais regionais, promovendo a descentralização de ações e projetos no interior do Estado.

28 - Elaboração de edital público para a criação de consórcio cultural intermunicipal, com o objetivo de unir e fortalecer os municípios e garantir a captação de recursos por eles, mapeando e identificando as demandas locais para oportunizar a criação de políticas e metas a fim de sanar as necessidades regionais, integrando essa iniciativa aos sistemas nacional e estadual de cultura.

Subeixo 4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

29. Parceria com o Ministério da Educação, visando o aumento do número de vagas e a melhoria da qualidade de cursos técnicos e de graduação, pós-graduação e mestrado nas áreas de artes (música, teatro, dança e artes visuais), cultura e gestão cultural, potencializando o acesso dos estudantes a esses cursos nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, de forma continuada, visando à inserção, nos currículos da educação básica e superior, das disciplinas “educação patrimonial” e “história cultural do país”; introdução do ensino de arte-educação, com ênfase em todas as áreas das artes e educação patrimonial; e implantação da Lei nº 11.769, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música, linguagem audiovisual, artes visuais e cênicas na educação básica, por pessoas capacitadas, buscando parcerias e convênios com universidades públicas.

30. Desburocratização do processo de levantamento e tombamento de bens materiais e imateriais.

## EIXO IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO

### **Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável**

Subeixo 1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional.

31. Incentivo técnico e financeiro à integração entre circuitos turísticos e culturais, integrando a história e a cultura regionais, valorizando o patrimônio cultural, a memória e a identidade das populações, revitalizando locais históricos e promovendo diagnósticos sobre o potencial das cidades.

32. Criação de: a) fundo setorial para fomento da Economia Criativa; b) mecanismos financeiros específicos para Economia Criativa nas agências de fomento nos bancos oficiais; c) parques tecnológicos regionais ligados à Economia Criativa e do Conhecimento, com sede em polos regionais; d) fundo de estímulo à profissionalização dos agentes culturais.

Subeixo 2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior.

33. Isenção de taxas e tributos municipais e estaduais para associações sem fins lucrativos e artistas locais e regionais mediante desoneração tributária e redução dos entraves à circulação e exportação dos bens culturais.

34. Regionalização do Fundo Estadual de Cultura, com estabelecimento de cotas para municípios do interior, com 80% dos recursos sendo destinados a entidades, produtoras, grupos e artistas, e revisão da contrapartida exigida pelo fundo; ampliação progressiva e não contingenciável dos recursos do Fundo Estadual de Cultura, com a destinação de no mínimo 2/3 do orçamento para ações de descentralização e interiorização e estabelecimento de cotas mínimas para cada macrorregião, proporcionalmente à população e ao número de projetos apresentados por cada localidade.

Subeixo 3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade.

35. Descentralização dos editais, com estabelecimento de cotas de financiamento para municípios menores, afastados dos grandes centros mineiros, e também para aqueles municípios que estão em torno de Belo Horizonte.

36. Criação da Agência (ou Empresa) Estadual de Comunicação e Cultura (televisão, rádio, *web* e mídias móveis e digitais), garantido uma rede descentralizada de produção, distribuição e difusão cultural em todo o Estado.

Subeixo 4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira

37. Estabelecimento de um fórum de discussão para aprimoramento do sistema de arrecadação e distribuição dos direitos autorais e conexos na reforma da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 1998), com participação social, de forma que:

I - haja incentivo à criação de sociedades de gestão coletiva;

II - seja feito o registro de obras nas bibliotecas municipais e estadual;

III - tornem-se viáveis os registros de saberes e fazeres (principalmente das comunidades tradicionais), aplicando-se os direitos autorais da produção cultural e artesanal;

IV - sejam promovidas ações para a compreensão do conceito de direitos autorais e sua aplicabilidade no cotidiano da produção de produtos e serviços culturais (um exemplo seria a criação de um canal de atendimento e orientações);

V - as taxas de direitos autorais não sejam cobradas de escolas públicas, associações ou organizações sem fins lucrativos;

VI - contemple-se o acesso à informação, educação e cultura.

38 - Garantia da destinação exclusiva dos recursos provenientes do ICMS cultural aos fundos municipais de cultura ou de patrimônio cultural, com a criação de mecanismos de fiscalização de sua aplicação adequada, para que sejam aplicados na preservação dos bens materiais e imateriais tombados ou inventariados do patrimônio histórico dos municípios.

## MOÇÕES APROVADAS

- A) Revisão do pacto federativo, aumentando o repasse de recursos provenientes de tributos aos municípios.
- B) Moção de repúdio à demora da adesão do governo do Estado ao Sistema Nacional de Cultura, figurando Minas Gerais como um dos últimos estados brasileiros a assinar o convênio.
- C) Moção para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 150/2003, que institui a vinculação de receita orçamentária para a cultura, com aplicação de, no mínimo, 2% da receita de impostos da União, 1,5% dos estados/DF e 1% dos municípios.
- D) Implantação de feiras regionais de artesanato mineiro e indígena, respeitando calendário a ser definido, e intercâmbio entre as regiões.
- E) Criação do “Estatuto do Mestre de Ofício” para resguardar, preservar e divulgar seus conhecimentos.
- F) Fomento ao vale-cultura para os municípios, com inclusão no Fundo de Participação dos Municípios - FPM.
- G) Criação, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, de editais específicos para a cultura, principalmente para pequenos municípios.
- H) Ampliação do número de programas ofertados pelo MinC no Sistema de Convênios do Governo Federal - Siconv.
- I) Inserção de cultura, economia criativa, inovação e desenvolvimento sustentável como temas centrais para a 4ª Conferência Nacional e Estadual.
- J) Moção de apoio aos editais de microprojetos culturais que possibilitem um acesso menos burocrático a financiamentos públicos de cultura.
- K) Moção visando à descentralização, via estados, dos repasses de recursos do Fundo Nacional de Cultura ampliando o papel dos Consecs nas deliberações e escolhas dos projetos contemplados pelo Sistema Nacional de Cultura.
- L) Moção de Repúdio: Nós, delegados na 3ª Conferência Estadual de Cultura, repudiamos o tratamento dado ao Município de Ribeirão das Neves com a expressão “Ribeirão das Trevas” pela Secretaria de Estado de Educação em publicação oficial, bem como o tratamento pejorativo que a mídia confere sempre a esse município de tão expressiva riqueza cultural, solicitando uma retratação pública.
- M) Pedimos o reconhecimento do circo como patrimônio cultural imaterial do Estado, e que os municípios garantam a entrada do circo nas localidades, criando legislação específica e destinando terrenos para esse fim, garantindo assim o direito dos circenses ao trabalho e o direito de acesso à cultura aos cidadãos locais.

### Eleição de Delegados

O presidente - Passamos a condução dos trabalhos ao Sr. Aníbal Macedo, para a eleição dos delegados à conferência nacional. Por gentileza, Aníbal.

O coordenador (Aníbal Henrique de Oliveira Macedo) - Daremos início às eleições da delegação mineira da III Conferência Nacional de Cultura. Cada segmento, sociedade civil e poder público, realizará sua assembleia para a escolha dos delegados. Os delegados do segmento da sociedade civil devem permanecer neste Plenário para a assembleia-geral de preenchimento das três vagas. Após esse momento, a assembleia da sociedade civil se dividirá em 11 assembleias regionais, para a escolha das demais vagas destinadas ao segmento. Os locais para essas assembleias serão dados a conhecer durante a assembleia que faremos aqui. A assembleia-geral da eleição do segmento poder público municipal será realizada no Auditório do SE, neste mesmo piso, depois do Salão de Chá, saindo do Plenário à esquerda.

- Procede-se à eleição dos delegados, que fica composta pelos seguintes membros:

### DELEGADOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Titulares: Adma Aparecida da Silva (RMBH)  
Leila Aparecida Cunha (Rio Doce)  
Gilberto Neves (Triângulo)  
Bernardo Rodrigues (Centro-Oeste)  
Isac Costa Arruda (Noroeste)  
Alexsandra Lopes (Jequitinhonha/Mucuri)  
Vane Pimentel Matias (Alto Paranaíba)  
Fred Furtado (Central)  
Suplentes: Alberto Emiliano (Sul de Minas)  
Jussara Maria Oliveira (Norte de Minas)  
Anízio Souza (Mata)  
Ildeu de Oliveira (Central)  
Magda Almeida (Sul de Minas)  
Amir José (Rio Doce)  
Carmem Valente (Triângulo)  
Luiz Gustavo Santos (Mata)

### DELEGADOS DA SOCIEDADE CIVIL

#### Regra: representação geral (vagas remanescentes)

Ricardo Miguel Januário - Muriaé



Robisson de Albuquerque - Uberlândia  
José de Oliveira Júnior - Belo Horizonte

### **Regra: representação regional Alto Paranaíba**

Titulares: Maykon Damiano de Souza  
Tarcísio Pinto  
Suplentes: Omar Gonçalves do Amaral  
Márcia Barbosa  
Gilson Rodrigues Pereira  
Marcos Fernandes Alves Dias

### **Noroeste**

Titulares: Maria D'Ávila  
Simone Amorim  
Suplente: Leonardo

### **Triângulo**

Titulares: Fábio Vladimir Silva  
Luciano Martins de Faria  
Suplentes: Gilmar Batista  
Vanessa Tomé Paulino

### **Jequitinhonha/Mucuri**

Titulares: Bruno Dias Bento  
Marlon Moreira Barbosa  
Suplentes: Adriano Alves Ramos  
Lorena Vieira Rodrigues  
Elcina Ribeiro dos Santos

### **Mata**

Titulares: Fabrício Souza Santos  
Jefferson da Silva Januário  
Suplentes: Cléber César Piva de Oliveira  
Rosângela Gonçalves Pereira

### **Central**

Titulares: Cláudio José Ávila Rocha  
Roneijober Alves Andrade  
Suplentes: Ariel Lucas Silva  
Lício Elias da Silva Júnior

### **Centro-Oeste**

Titulares: Francisco Rocha de Oliveira Neto  
Paulo José de Oliveira  
Suplentes: Vanessa Reis Pereira da Silva  
Jarbas A. Claret Lino Silva  
Adriana Rattes Mourthé  
Denise Elvira de Oliveira

### **Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Titulares: Hudson Carlos de Oliveira  
Guilardo Veloso de Andrade Filho  
Suplentes: Rubens Teixeira Campos  
Israel do Vale

### **Norte de Minas**

Titulares: Júlio César Ferreira  
Mércia Luciene Moreira Pimenta  
Suplentes: Marileide Alves Pinheiro  
Adenauer de Oliveira Von Dollinger  
Daniel de Oliveira Magalhães

### **Rio Doce**

Titulares: Wenderson Godoi dos Santos  
Shirley de Oliveira  
Suplentes: Denise Maria Silva  
Leila Borges da Silva  
Leonardo Gomes Ferreira



## Sul de Minas

Titulares: Platinny Dias de Paiva

Paulo de Moraes

Suplentes: Diego Belchior de Ávila

Flávio Chiarini

O coordenador - Esses são os nomes dos nossos representantes de Minas Gerais, que vão se unir aos dois representantes eleitos pelo Consec. Com muita alegria eu irei, com a Mila, da Casa Civil. Obrigado.

O presidente - Estamos chegando ao final. Passaremos a palavra à Janaína Cunha Melo para algumas considerações em nome da secretária de Cultura Eliane Parreiras.

### Palavras da Sra. Janaína Cunha Melo

Boa noite. Em nome da secretária Eliane Parreiras, quero agradecer e parabenizar a delegação eleita aqui. Não temos dúvida da diversidade, de toda qualidade e potência dessa delegação de Minas que vai à conferência nacional. Então, quero parabenizar esse quórum pela qualidade do trabalho. Gostaria de agradecer alguns parceiros indispensáveis de fato para a realização desta conferência: a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nossa parceira fundamental; a comissão organizadora, integrada por conselheiros, servidores, representação regional do Ministério da Cultura, gestores, técnicos; obrigada a toda a contribuição operacional e institucional permanente do Consec, desde o início dos trabalhos, há dois meses.

Na verdade, como coordenadora-geral desta conferência, gostaria de fazer uma observação: realmente tentamos criar condições para um debate qualificado, para que todos tivessem todas as condições possíveis para fazer as reflexões com a qualidade e produzir conteúdo da dimensão que vocês produziram. Essa foi a nossa prioridade. Como em tudo na vida, precisamos estabelecer prioridades, e isso significa também renunciar. Então, se não atendemos e não contemplamos a todos em todas as expectativas, foi em nome dessa prioridade.

Em relação à adesão ao sistema nacional, só queria reiterar as palavras da secretária, na quarta-feira, na abertura da conferência, e do alinhamento em relação a esse tema que foi feito, quinta-feira, pelo próprio secretário de Articulação Institucional, Bernardo Mata Machado. Estamos avançando e gostaria de que todos ficassem confiantes nesse sentido. Muito obrigada, boa noite, e que tenhamos uma excelente conferência nacional em Brasília.

### Palavras do Presidente

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da Comissão de Cultura, de que tenho a honra de fazer parte, quero parabenizar todas as pessoas que vieram de diversos pontos de Minas Gerais para participar desta III Conferência Estadual de Cultura. Quero dizer que participei aqui hoje ativamente, ouvindo as várias propostas, de um valor estimável para a cultura mineira. Cumprimento a Janaína, que neste ato está representando a secretária.

Gostaria de falar de alguns avanços no Estado de Minas Gerais, como a mudança na Lei de Incentivo à Cultura. Tive a oportunidade de propor e de aprovar, nesta Casa, a entrada da gastronomia e da arquitetura no setor de cultura, podendo ser incentivados pelas leis de incentivo. Quero também parabenizá-los por estarem empenhados na execução do plano estadual de cultura e pela adesão de Minas Gerais ao sistema nacional de cultura, que é muito importante.

Quero lembrar de alguns programas de Minas, como o Minas Território da Cultura, que está promovendo a regionalização da nossa cultura. Quero lembrar também, conselheiro Aníbal, de uma instância que foi reativada e que hoje está em pleno funcionamento: o Conselho Estadual de Cultura, de que faço parte como membro suplente. Sempre que possível, faço parte desse importante conselho, porque acredito na economia criativa e no poder do desenvolvimento que a cultura promove a uma nação.

Então, a todos os artistas, a todos os promotores da cultura, os meus sinceros parabéns. Agora, passo a palavra ao meu querido Aníbal, para que ele faça a leitura dos nomes dos 33 delegados e dos suplentes que irão participar da Conferência Nacional de Cultura. Deixo aqui o meu abraço aos 33 delegados eleitos e seus suplentes. Muito obrigado.

Ainda temos duas pessoas inscritas para fazer uso da palavra. Como a preferência é das mulheres, com a palavra, Jussara. Solicitamos que seja breve, por gentileza.

A Sra. Jussara Maria - Gostaria de agradecer essa participação maravilhosa em nome do Norte de Minas e em nome de Minas Gerais, pois estamos crescendo. Tatiana, agradeço o apoio de vocês, que foi imprescindível para nossos trabalhos. A você, amigo, que concedeu o seu lugar, abriu espaço para que o Norte de Minas pudesse pelo menos estar como segundo suplente. Presidente, o Sul e o Norte de Minas estão nos extremos. O Sul de Minas ficou em primeiro lugar e o Norte em segundo. Isso prova que o Norte não está desarticulado. Vamos continuar lutando, pois vamos mostrar que somos ricos em cultura e temos muitas diversidades culturais, que traremos para mostrar em Belo Horizonte. Neste espaço mineiro, mostraremos que somos ricos. Estou surpresa, pois foram 15 votos com pouquíssimos delegados. Agradecemos aos que votaram no Norte de Minas. Não deixem de nos visitar. O Norte de Minas é quente porque o povo é realmente caloroso, como o nosso deputado Luiz Henrique.

O presidente - Muito obrigado pelas palavras.

O Sr. Fábio Vladimir Silva - É importante todos ficarem de pé, pois nós, de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, sempre agradecemos nossos amigos e companheiros com uma cantiga de moçambiqueiro, de congadeiros. (- Canta.) Um grande axé! Salve Nossa Senhora dos Ares e São Benedito! Obrigado.

O presidente - Parabéns, Fábio.

### Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de segunda-feira, dia 30, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.



## ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013

Às 16h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Carlos Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante a pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Logo após, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Eduardo Machado de Faria Tavares, ouvidor ambiental da Ouvidoria-Geral do Estado, em que solicita informações complementares sobre o requerimento desta comissão que pede providências em relação à fiscalização minerária no Município de Rio Acima; e do presidente da ALMG, que envia relatório de sugestões de propostas de ações públicas às comissões para a agenda 2013-2015; e e-mail do Sr. Fernando Eustáquio Ferreira, morador do Bairro Soares, em Ribeirão das Neves, que reclama da falta de água e saneamento básico em sua localidade; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (23/8/2013); e Ana Flávia C. F. Santana, presidente da Câmara Municipal de Campos Altos (5/9/2013); dos Srs. Carlindo Dourado Souza, vereador da Câmara Municipal de Araçuaí (2/9/2013); e Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig (3/10/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 5.723, 5.724 e 5.725/2013. O presidente adia a votação dos Requerimentos n.ºs 5.728 e 5.731/2013, atendendo a requerimento do deputado Tiago Ulisses. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência recebe, para posterior votação, os requerimentos dos deputados Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Esmeraldas para debater o saneamento básico e os serviços de energia elétrica oferecidos à população do município; Sávio Souza Cruz, Célio Moreira e Gustavo Perrella em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta desta comissão e das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater a proposta de revisão das ações do exercício 2014 do PPAG 2012-2015, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Sávio Souza Cruz e Pompílio Canavez (4) em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa - Águas Minerais de Minas S.A. pedido de informações sobre a realização de ações de monitoramento dos aquíferos localizados em Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, bem como pedido de providências para que os relatórios oriundos desse monitoramento sejam encaminhados às prefeituras e câmaras municipais dos municípios supracitados e a esta comissão; em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa - Águas Minerais de Minas S.A. pedido de informações sobre a existência de estudos e ações de preservação das nascentes e das áreas de recarga localizadas nos Municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá; em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa - Águas Minerais de Minas S.A. pedido de informações sobre a exploração de águas minerais nos aquíferos localizados nos Municípios de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, especialmente sobre a existência de estudos geológicos das áreas exploradas e de recarga, além de estudos do potencial de produção, venda e logística de distribuição das águas; e em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações acerca do repasse, ao Município de Caxambu, dos valores devidos a título de *royalties* decorrentes da exploração das águas minerais no município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente – João Vítor Xavier – Gustavo Valadares.

## ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Está presente também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e determina aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e a ouvir os convidados para prosseguir o debate sobre a chacina de Felisburgo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n.º 777/2011 (relator: deputado Sebastião Costa) na forma do vencido em 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 5.698 e 5.699/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizada visita ao Hospital de Toxicômanos Padre Wilson da Costa, localizado em Juiz de Fora, para averiguar supostas violações de direitos humanos ocorridas na instituição; seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre supostas violações de direitos humanos ocorridas no Hospital Galba Veloso e no Instituto Raul Soares, localizados em Belo Horizonte; sejam encaminhadas aos convidados que compuseram a mesa da 4ª Reunião Especial as notas taquigráficas dessa reunião; sejam encaminhados aos presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam realizados estudos com vistas à criação de zonas habitacionais de interesse social em cada município e sejam ampliadas as políticas voltadas para a garantia do direito à moradia pela população de baixa renda, acompanhado das notas taquigráficas da 4ª Reunião Especial; Rogério Correia (9) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de



Defesa Social pedido de providências para que sejam implantadas câmeras de segurança do Projeto Olho Vivo no Município de São José da Lapa, conforme requerido pela população e pelos convidados da 54ª Reunião Extraordinária ocorrida no município, acompanhado das notas taquigráficas dessa reunião; seja encaminhado aos promotores titulares da 1ª e da 2ª Varas Cíveis da Comarca de Várzea da Palma pedido de providências para que se averigüe eventuais irregularidades administrativas no Município de Lassance, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 27ª Reunião Ordinária em que consta o relato de Francisco de Oliveira Moreira, e do documento entregue nessa reunião; seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado pedido de providências para que seja aumentado o efetivo da Polícia Civil no Município de São José da Lapa, conforme solicitado pelos convidados e pela população presentes na 54ª Reunião Extraordinária; seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado pedido de providências para que seja aumentado o contingente efetivo da Polícia Militar destinado ao 4º Pelotão da 179ª Companhia do 36º Batalhão localizado no Município de São José da Lapa; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja implantado o Programa Fica Vivo no Município de São José da Lapa; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social e à secretária de Estado de Educação pedido de providências para que sejam implantadas câmeras de segurança na Escola Estadual José Elias Issa, localizada no Município de São José da Lapa; sejam encaminhados ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de cópia do relatório da investigação realizada em decorrência do furto dos computadores do Programa Um Computador Por Aluno - Prouca - ocorrido no Município de São José da Lapa; sejam encaminhadas ao secretário de Estado de Defesa Social, ao corregedor-chefe do Sistema de Defesa Social e à coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do MPE as notas taquigráficas da 27ª Reunião Ordinária, com pedido de providências para que se averiguem as denúncias de assédio moral praticado pela diretoria do Centro de Internação Provisória de Sete Lagoas em face dos agentes socioeducativos Marcos Vinícius de Sena e Renato Eustáquio, que teriam sido transferidos de suas funções por terem denunciado os fatos, constantes nas notas; seja encaminhado aos ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal pedido de providências para que sejam envidados esforços na agilização do julgamento do Habeas Corpus nº 117.871, impetrado em favor de Norberto Mânica, acusado de envolvimento no homicídio de servidores do Ministério do Trabalho na cidade de Unai. A presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto objeto da pauta. Registra-se a presença das Sras. Ana Carolina Gusmão da Costa, diretora do Escritório de Direitos Humanos, representando Carmen Piedade Rocha, subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; e Maria Gomes dos Santos, membro do Acampamento Terra Prometida de Felisburgo, representando Jorge Rodrigues Pereira; e os Srs. Aílson Silveira Machado, coordenador de Mediação de Conflitos Agrários, representando Maria do Rosário Nunes, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Ênio José Bohnenberger, membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, representando João Pedro Stédile, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos deputados Adelmo Carneiro Leão e Pompílio Canavez. Logo após, o presidente passa a palavra aos deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Sebastião Costa.

## **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013**

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Luiz Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Doutor Wilson Batista, comunicando a aprovação pela Banca Examinadora da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo de sua tese de doutorado em medicina interna e terapêutica, em 12/9/2013; e da Comissão de Segurança Pública convidando esta comissão a participar da audiência pública para debater a revisão do PPAG 2012-2015, no exercício de 2014, no âmbito da Rede de Defesa e Segurança; e de ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, publicado no *Diário do Legislativo* em 26/9/2013. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.675/2012 e 3.730/2013, no 1º turno (Doutor Wilson Batista); 2.541/2011, 2.710/2011 e 4.015/2013, no 1º turno (Carlos Pimenta); e 4.447/2013, em turno único (Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.347/2013; 4.408/2013, na forma do Substitutivo nº 1; e 4.447/2013, que receberam parecer por sua aprovação, votando “sim” os deputados Carlos Pimenta, Carlos Mosconi, Arlen Santiago e Pompílio Canavez e não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.705 e 5.754/2013. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.441/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos para posterior apreciação os requerimentos dos deputados Luiz Henrique em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34/2013, aprovado no Senado Federal, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e aos pacientes em regime de atendimento ou internação domiciliar, e discutir o Projeto de Lei Complementar Federal nº 86/2011, em tramitação na Câmara dos



Deputados, que autoriza a inclusão dos consultórios de serviços odontológicos no Simples Nacional; e Carlos Pimenta em que solicita seja realizada audiência pública para debater providências urgentes com relação ao risco de fechamento do Hospital Nossa Senhora da Saúde, situado no Município de Diamantina, de suma importância para as cidades do Vale do Jequitinhonha. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Carlos Pimenta, presidente - Arlen Santiago - Sebastião Costa - Rômulo Viegas.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/10/2013**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Glaycon Franco e Gustavo Valadares (substituindo a deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte, que presta informações relativas à frota acessível e cartões Bhubus destinados às pessoas com deficiência; da deputada Rosângela Reis, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, que convida os membros desta comissão a participar da audiência pública destinada a debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, a ser realizada no dia 6/11/2013, às 14h30min, no Teatro; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Julio Gasparetto, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (3/10/2013); do Sr. Laerte Ferreira dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Capelinha (3/10/2013); do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo (3/10/2013); do Sr. George Alex Lima de Souza, chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil (3/10/2013); do Sr. Júlio Delgado, deputado federal (10/10/2013); e do Sr. Helber Leite Lopes, assessor parlamentar do deputado federal Aelton Freitas (10/10/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2011, na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Liza Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Nesse momento, registra-se a presença da deputada Ana Maria Resende e do deputado Almir Paraca. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.861/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Liza Prado e dos deputados Duarte Bechir e Duílio de Castro em que solicitam seja realizada visita conjunta da comissão e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com a finalidade de participar do ato de apoio às Apaes no Município de Sete Lagoas; da deputada Liza Prado e do deputado Glaycon Franco (13) em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Escola Especializada Frei Leopoldo com a finalidade de conhecer as condições de funcionamento da instituição e aferir os problemas relatados na 8ª Reunião Extraordinária; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Ano Ibero-Americano para Inclusão Laboral da Pessoa com Deficiência, no Município de Itaúna; seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de providências para que seja verificada as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no Estádio Governador Magalhães Pinto, bem como para que seja verificada a possibilidade de ampliação de rampas e elevadores; seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para melhoria da acessibilidade das calçadas da área central, especificamente da Rua Curitiba, próximo à Avenida Paraná, conforme reclamações feitas na 8ª Reunião Extraordinária; seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que seja implantado o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência no imóvel da antiga Associação Mineira de Paraplégicos; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e ao Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de Belo Horizonte para conhecimento das questões relativas à acessibilidade urbana no Município de Belo Horizonte; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que o Município de Uberlândia seja incluído no programa de digitalização de cadeira de rodas, oferecido pelo Sistema Único de Saúde, que possibilita a adaptação da cadeira às necessidades específicas de cada pessoa, em substituição aos antigos padrões "P", "M" e "G". Requer, ainda, seja encaminhada cópia do pedido de providências à Coordenadoria de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Saúde; seja encaminhado à Associação de Assistência à Criança Deficiente de Uberlândia - AACD - pedido de informações sobre o processo de habilitação da entidade para o credenciamento no programa de digitalização de cadeira de rodas, oferecido pelo Sistema Único de Saúde, que possibilita a adaptação da cadeira às necessidades específicas de cada pessoa; seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para ampliação dos recursos destinados à organização e divulgação da Corrida Rústica para Pessoa com Deficiência, realizada anualmente na Semana de Luta da Pessoa com Deficiência; seja encaminhada moção de repúdio à Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte pela pouca divulgação da 20ª Corrida Rústica para Pessoa com Deficiência, realizada no dia 20/9/2013; seja encaminhado ao presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - pedido de informações sobre o despreparo e o treinamento de cobradores de ônibus para operação de plataformas elevatórias para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para maior divulgação sobre os serviços prestados pela Central de Interpretação de Libras - CIL; seja encaminhado ao Grupo Sinal pedido de providências para que seja substituída a



expressão "portador de necessidades especiais" pela expressão "pessoa com deficiência" em seu material publicitário. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Liza Prado, presidente.

### **ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/10/2013**

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Romel Anízio, Sebastião Costa, Bonifácio Mourão e Rômulo Viegas (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados Lafayette de Andrada e Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Gustavo Corrêa, presidente da comissão de Administração Pública, convidando os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para participarem da audiência pública a ser realizada no dia 4 de novembro, às 16 horas, para debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício de 2014, no âmbito da rede governo integrado; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios do FNDE (7) (10/10/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.276/2011 e 3.356/2012 são retirados de pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição, no 1º turno, das Emendas nºs 29 a 42 e 44 a 55 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012 (relator: deputado Lafayette de Andrada), e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9 e do Substitutivo nº 3; e pela aprovação das Emendas nºs 10 e 11 apresentadas ao Projeto de Lei nº 4.189/2012 (relator: deputado Romel Anízio), e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.847/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição), 3.791/2013 na forma do Substitutivo nº 1, e 3.841/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Romel Anízio), 4.286/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 4.468/2013 (relator: deputado Jayro Lessa); e 4.470/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.178/2011 (relator: deputado Romel Anízio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.755/2013 na forma do Substitutivo nº 1. Registra-se a presença do deputado Ulysses Gomes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados João Leite, André Quintão e Zé Maia, em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e das Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública para debater, em audiência pública a realizar-se no Município de Uberlândia, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da rede de Defesa e Segurança; Carlos Mosconi, André Quintão e Zé Maia, em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e das Comissões de Participação Popular e de Saúde para debater, em audiência pública a se realizar no Município de Montes Claros, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da Rede de Atenção à Saúde; e Antônio Carlos Arantes, André Quintão e Zé Maia, em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e das Comissões de Participação Popular e de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública a se realizar no Município de Paraguaçu, a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da Rede de Desenvolvimento Rural e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Romel Anízio - João Leite - Vanderlei Miranda.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/10/2013**

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.850/2012, 4.270 e 4.480/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2013.

Elismar Prado, presidente - Luiz Henrique.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 21 de outubro de 2013, destinada a homenagear a Cenibra pelos 40 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 18 de outubro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/2013, às 10 horas, no auditório, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O Sr. 1º-Secretário despachou em 17/10/2013 a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Alceu José Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.546/2013, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.117/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Eder Ferreira, Presidente da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte, solicitando seja incluída na pauta sobre o passe livre para idosos a discussão sobre o mesmo benefício para as pessoas com deficiência. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Do Sr. Eduardo César Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 1.565/2011. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Fernando Ferreira Abreu, promotor de justiça da Comarca de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.178/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. João Flávio Resende, assessor da presidência da BHTrans, solicitando esclarecimentos relativos ao Requerimento nº 5.470/2013, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.421, 5.425 e 5.433/2013, da Comissão de Transporte, e 5.308/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, secretário de Casa Civil em exercício, encaminhando solicitação do Sr. Márcio José da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena, em que pleiteia a inclusão da Proposta de Ação Legislativa nº 1.671/2012 em ordem do dia da Comissão de Participação Popular e sua consequente aprovação. (- Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Waldemar Antônio de Arimatéia, procurador-geral de justiça adjunto jurídico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.921/2012, da Comissão de Esporte.

Do Sr. Waldercy Costa Pereira, delegado de Polícia Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.577/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Zeze Perrella, senador da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.477/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência.



## MANIFESTAÇÕES

## MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com a Escola Estadual Terezinha Pereira pela conquista do título de campeã da história da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, com 133 medalhas (Requerimento nº 5.605/2013, do deputado Inácio Franco);
  - de aplauso à Escola Estadual Antônio Carlos, localizada no Município de Juiz de Fora, pelo recebimento do Prêmio Latino-Americano para Jovens Mídia e Educação, na categoria Jornal Escolar (Requerimento nº 5.610/2013, do deputado Lafayette de Andrada);
  - de congratulações com o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, Secretário de Agricultura, e sua equipe pela organização da Feira Internacional de Café, em Belo Horizonte, de 9 a 13/9/2013 (Requerimento nº 5.687/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes);
  - de aplauso aos policiais civis lotados na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora pela prisão de um homem e seis mulheres e pelo fechamento de uma central de jogo do bicho que movimentava aproximadamente 50 mil reais por dia na região (Requerimento nº 5.702/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso ao Sgt. BM Ricardo Martins Pinto, lotado no 3º BBM, por seu ato de honestidade ao encontrar e devolver uma bolsa que continha 8.000 reais e documentos no aeroporto de Recife (Requerimento nº 5.703/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de congratulações com o *Jornal Araxá* por seus oito anos de atividades e pela reedição do Prêmio Liderança (Requerimento nº 5.707/2013, do deputado Bosco);
  - de congratulações com o Centro Universitário do Planalto de Araxá - Uniaraxá - pelo aniversário de 40 anos dessa instituição (Requerimento nº 5.708/2013, do deputado Bosco);
  - de congratulações com a Prof. Catia Maria Lemos Melo Zema e com o Centro Universitário do Planalto de Araxá - Uniaraxá - pelo lançamento do volume 2 do livro *Egressos do Uniaraxá*, em setembro de 2013 (Requerimento nº 5.709/2013, do deputado Bosco);
  - de congratulações com a equipe de *handball* feminino da Escola Estadual Maria Guilhermina Pena, no Município de Conselheiro Pena (Requerimento nº 5.710/2013, do deputado Leonardo Moreira);
  - de aplauso aos policiais federais e militares que menciona pela atuação em operação conjunta que resultou na maior apreensão de drogas do Município de Juiz de Fora (Requerimento nº 5.711/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso aos policiais militares que menciona pela prisão de um jovem de 19 anos e apreensão de 200 pedras de *crack* no Município de Lavras (Requerimento nº 5.712/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 56º BPM/17 RPM, pela prisão de dois homens e apreensão de um adolescente infrator por tráfico de drogas no Município de Itajubá (Requerimento nº 5.734/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 202ª Cia. PM do 40º BPM, que, mesmo feridos, apreenderam dois menores que assaltaram um taxista nesta capital (Requerimento nº 5.735/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 2º GP do 5º Pel. da 83ª Cia do 26º BPM, pela prisão de José Eustáquio Ferreira por porte ilegal de armas e pela apreensão da arma no Município de Santa Maria de Itabira (Requerimento nº 5.736/2013, do deputado Sargento Rodrigues);
  - de aplauso aos organizadores do Festival Itajubense de Cultura e Arte - FICA - pela realização da sua 3ª edição (Requerimento nº 5.738/2013, do deputado Ulysses Gomes);
  - de congratulações com os policiais militares da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais que no dia 18/9/2013 se apresentaram na Imprensa Oficial (Requerimento nº 5.741/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - de congratulações com os policiais militares do 57º Batalhão de Polícia Militar que atuaram em ocorrência em Itanhandu que resultou na prisão de uma pessoa e na apreensão de um revólver calibre 38, um fuzil 7.62, um revólver calibre 32, um revólver calibre 22, uma pistola 9 mm, uma balança de precisão, duas algemas, um *spray* de pimenta, dois aparelhos celulares, mais cinco armas de fogo e 353 munições de vários calibres (Requerimento nº 5.742/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - de congratulações com os policiais militares da 1ª Companhia de Polícia Militar Independente pela atuação em ocorrência, em Nova Lima, que resultou na prisão de uma pessoa e na apreensão de duas pistolas, dois revólveres, duas carabinas, um rifle, 15 facas e 360 cartuchos de diferentes calibres (Requerimento nº 5.743/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - de congratulações com os policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar que atuaram em ocorrência, em Itabira, que resultou na prisão de uma pessoa, na apreensão de um menor, de um facão, dois celulares, 1.924 kg de maconha prensada, 218 gr de "crack", 514 gr de cocaína e uma balança digital (Requerimento nº 5.744/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - de congratulações com os policiais militares do 55º Batalhão de Polícia Militar pela atuação em ocorrência, no dia 23/9/2013, em Buritizeiro, que resultou na apreensão de um menor, 26 pés de maconha, armas de fogo, várias munições e dinheiro e na prisão de cinco pessoas (Requerimento nº 5.745/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - Solicita a seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do 16º Companhia de Polícia Militar Independente pela atuação conjunta, em 23/9/2013/, em Conceição do Rio Verde, que resultou na apreensão de uma algema, registros de armas vencidos, 410 cartuchos e oito armas de fogo de diversos calibres e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 5.746/2013, do deputado Cabo Júlio);
  - de congratulações com a delegada de polícia Rosângela Tulher pelo trabalho desempenhado com excepcional zelo, extraordinária e admirável qualidade em suas rotinas de digna autoridade policial titular da 3ª Delegacia de Plantão do Detran, referenciada na revista *Veja BH*, edição de 18/9/2013 (Requerimento nº 5.747/2013, do deputado Gustavo Corrêa);



de congratulações com os policiais militares do Batalhão Rotam de Polícia Militar que em 26/9/2013 atuaram em ocorrência, no Bairro Alto Vera Cruz, que resultou na apreensão de 16 quilos de maconha, 200 gramas de cocaína, uma balança de precisão e munições e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 5.748/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis da 1ª Delegacia Regional de Pouso Alegre, que atuaram na ocorrência na cidade de Pouso Alegre, em 27 de setembro, que resultou na apreensão de aproximadamente 22 quilos de maconha e na prisão de duas mulheres (Requerimento nº 5.749/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 27º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23 de setembro, no Município de Lima Duarte, que resultou na apreensão de 8 kg cocaína e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 5.750/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais civis pela realização da operação policial denominada "Faixa de Gaza", que resultou no cumprimento de mandado de prisão de Igor Maurício Freitas, considerado indivíduo de alta periculosidade (Requerimento nº 5.751/2013, do deputado Sargento Rodrigues).

de congratulações com os policiais militares do Batalhão Rotam da Polícia Militar que menciona, pela atuação em ocorrência, no dia 24/9/2013, no Bairro São Gabriel, que resultou na prisão de 1 adulto e na apreensão de 2 adolescentes e de 2 balanças de precisão, 3 celulares, 621 pinos de cocaína, 91 pedras de crack, aproximadamente 2,5kg de maconha, 9 buchas da mesma droga, um projétil calibre 9mm e 4 projéteis calibre 38 (Requerimento nº 5.752/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela prisão de diversos adultos e pela apreensão de adolescentes, bem como de quatro armas com munições intactas e guardadas, R\$720,00 reais em dinheiro, um veículo VW Pointer, uma motocicleta preta, dez buchas de maconha, uma pedra de crack e dois notebooks, no Município de Vespasiano (Requerimento nº 5.760/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª e na 3ª Cia. Rotam, pela prisão de um homem e uma mulher por tráfico de drogas em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.761/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 7ª Cia. PM Tático Móvel do 5º BPM, pela realização da Operação Impacto e prisão de um casal por tráfico de drogas no Bairro Havaí, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.762/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Colégio São Domingos e com o Recanto do Idoso São Vicente de Paulo pela realização da exposição Geração Entrelhares com Arte, nos dias 26 e 27/9/2013, em Araxá (Requerimento nº 5.827/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com o Colégio São Domingos pelos 85 anos de atividades e pela realização da 1ª Mostra Olhares, nos dias 26 e 27/9/2013, em Araxá (Requerimento nº 5.831/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pelos 30 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.833/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 127ª Cia. PM/ 22º BPM, pela apreensão de um adolescente de 16 anos por tráfico de drogas no aglomerado do Cafezal, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.835/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais federais pela prisão de um homem que transportava 21kg de cocaína com alto teor de pureza, na BR-381, no Município de Betim (Requerimento nº 5.836/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais federais pela execução de operação que resultou na desarticulação de quadrilha que vendia drogas por telefone, na região Nordeste de Belo Horizonte (Requerimento nº 5.838/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 169ª Cia. PM do 32º BPM, que participaram de operação que culminou na apreensão de aproximadamente 23kg de maconha em Uberlândia (Requerimento nº 5.880/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que menciona, que participaram de operação que culminou na prisão em flagrante de um motorista com 19kg de cocaína, no Município de Salinas (Requerimento nº 5.881/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na Delegacia de Polícia Civil de Rio Vermelho, pela participação em operação que culminou na prisão de Wagner de Paula Lima e Rosângela de Paula Lima, por tentativa de homicídio contra o policial militar Higor Daniel Claudino Camara dos Santos (Requerimento nº 5.882/2013, da Comissão de Segurança Pública).

de aplauso aos policiais rodoviários federais que menciona, que participaram de operação que culminou na prisão de um motorista de 22 anos que transportava droga em uma caminhonete, em Pouso Alegre (Requerimento nº 5.883/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais federais que menciona, que participaram de operação que culminou na apreensão de aproximadamente uma tonelada de maconha em um caminhão frigorífico, durante operação de combate ao tráfico de drogas, em Antônio Dias (Requerimento nº 5.884/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que menciona, que participaram de operação que culminou na prisão de um homem que transportava 870kg de maconha, na Rodovia Fernão Dias (Requerimento nº 5.885/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram da operação Copa das Confederações, que culminou na apreensão de aproximadamente 140kg de droga na Rodovia Fernão Dias (Requerimento nº 5.886/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram de operação que culminou na prisão de três homens suspeitos de tráfico internacional de drogas e porte ilegal de arma de fogo, em Araxá (Requerimento nº 5.887/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram de operação que culminou na apreensão de 10,3kg de pasta-base de cocaína e na prisão de um motorista na BR-364, em Ituiutaba (Requerimento nº 5.888/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram de operação que culminou na prisão de um homem por tráfico de drogas em trecho da Rodovia Fernão Dias, no Sul de Minas (Requerimento nº 5.889/2013, da Comissão de Segurança Pública);



de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram de operação que culminou na prisão de um motorista que transportava droga em um fundo falso no banco traseiro do seu veículo, em Pouso Alegre (Requerimento nº 5.890/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram de operação que culminou na prisão de três homens por porte ilegal de arma de fogo, em Três Marias (Requerimento nº 5.891/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso às Sras. Eliane Parreiras, Manuella Machado e Flávia Camisasca, respectivamente secretária de Cultura, superintendente de Interiorização da Secretaria de Cultura e produtora do programa Minas Território da Cultura pela primorosa gestão do programa, que busca promover a descentralização das políticas públicas de cultura, divulgar e prestigiar as culturas locais, fomentar a circulação de bens culturais e capacitar gestores de cultura no Estado (Requerimento nº 5.897/2013, da Comissão de Cultura);

de aplauso à Vallourec pela restauração do antigo Cine Brasil e pela inauguração desse importante espaço cultural de Belo Horizonte (Requerimento nº 5.898/2013, da Comissão de Cultura);

de aplauso ao Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, pela iniciativa de aprovação da portaria que dá competência aos comissários para fiscalizar o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos em bares e casas noturnas (Requerimento nº 5.900/2013, da Comissão de Segurança Pública).



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/10/2013, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcus Vinícius Tápias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

### **TERMO DE CONTRATO CTO/138/2013**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Esportiva de Restauração Neemias. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data de assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993.

### **TERMO DE CONTRATO CTO/157/2013**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Moradores da Vila Manoel Antônio Puig - Amvimap. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data de assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993.



## **ERRATA**

### **ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/10/2013**

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.615/2013**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/10/2013, na pág. 39, onde se lê:

“Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.”, leia-se:

“Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2013.

Ulysses Gomes”.